

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO	3
AMBIENTE REGULATÓRIO	5
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES	7
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	10
INVESTIMENTOS	23
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO	25
GOVERNANÇA CORPORATIVA	25
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES	25
GERENCIAMENTO DE RISCOS	26
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	27
RESPONSABILIDADE SOCIAL	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS	36
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA	37
BALANÇOS PATRIMONIAIS	38
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	40
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	41
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	43
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	44
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	45
1. CONTEXTO OPERACIONAL	45
2. BASE DE PREPARAÇÃO	45
3. DAS CONCESSÕES E OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA NA LEI Nº 12.783 SANCIONADA EM 11 DE JANEIRO DE 2013)	63
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	65
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	65
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA	66
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	66
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	67
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	67
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	71
11. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	71
12. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	71
13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	72
14. INTANGÍVEL	73
15. FORNECEDORES	75
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	75
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	76
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS	79
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	79
20. PROVISÕES	83
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	89
22. RECEITA	90
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	92
24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	94
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	95
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	97
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	105
28. SEGUROS	106
29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	107
30. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA DA COMPANHIA	107
31. EVENTOS SUBSEQUENTES	108
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	110
PARECER DO CONSELHO FISCAL	113
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELOS DIRETORES	114
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	115

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”) submete à apreciação de V.S. as o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Mais uma vez chegamos ao final do ano na certeza do dever cumprido.

Sabíamos dos desafios que teríamos em 2013, em um cenário de revisão tarifária da nossa Empresa, a execução de um programa de investimentos ambicioso e a constante busca de oferecer um atendimento de qualidade aos nossos consumidores.

Mas mesmo com todos esses desafios, apresentamos um lucro de R\$490 milhões em 2013, superior em 156,54% ao lucro de 2012, no valor de R\$191 milhões. Continuamos a buscar a melhoria de eficiência operacional da nossa Companhia, com redução de custos, maior eficiência nos processos e prudência nos investimentos, em conformidade a lógica regulatória.

No que se refere aos custos não controláveis pela Cemig D, nosso resultado continuou a ser impactado pelo maior gasto com compra de energia elétrica, tendo em vista a queda do nível dos reservatórios das usinas, gerando o consequente despacho das usinas térmicas, cujo custo é muito mais alto e refletiu-se nas despesas da Companhia. Contudo, ressaltamos que esse custo adicional é transferido para as tarifas no reajuste tarifário.

Temos um ambicioso Programa de Investimentos para o período de 2013 a 2017, cerca de R\$3,7 bilhões, estando prevista a ligação de 1,2 milhão de novos consumidores no mesmo período. Em 2013 já executamos R\$884 milhões do Programa, com a ligação de mais de 200 mil novos consumidores.

Também temos que destacar o nosso compromisso com a sociedade, de melhorar a qualidade e confiabilidade no atendimento aos nossos consumidores.

A duração nas interrupções dos consumidores da Cemig Distribuição, calculada através do índice DEC, foi de 12,49 horas em 2013 na comparação com 14,74 horas em 2012, uma melhoria de 15,26%. Também a frequência nas interrupções dos consumidores, medida pelo FEC, que já era abaixo dos índices mínimos requeridos pelo Regulador, também melhorou 11,08%, saindo de 7,04 em 2012 para 6,26 em 2013.

Crescimento, apresentação de resultados financeiros consistentes e compromisso com a qualidade no atendimento aos nossos clientes representam a materialização da nossa visão estratégica, baseada nos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social.

Também o ano de 2014 apresentará desafios grandes para a nossa Empresa e para o setor elétrico brasileiro.

O baixo nível dos reservatórios das usinas no final de 2013 e início de 2014 elevaram os preços de energia no mercado atacadista para valores superiores a R\$800,00/Mwh, o que pressiona o caixa das empresas distribuidoras, que passam a ter um custo expressivo com aquisição de energia. Dessa forma torna-se imprescindível o apoio do Governo Federal e agentes reguladores na construção de soluções que mantenham o equilíbrio econômico-financeiro das empresas do setor e a viabilização da liquidação financeira das transações entre distribuidores e geradores de energia elétrica.

Nesse cenário, o regime de chuvas nos próximos meses em relação às médias históricas será fator determinante para a política energética e preços de energia para o ano de 2014.

Também ocorrerá em 2014 a Copa do Mundo, evento de repercussão mundial em que o setor elétrico tem um papel importante de fornecimento confiável de energia durante o período de realização dos jogos.

Antes de finalizar, é importante agradecer aos nossos empregados, profissionais cuja competência é reconhecida nacionalmente. E o comprometimento, competência e talento de todos os nossos colaboradores que fazem da Cemig “a melhor energia do Brasil”.

Nossos resultados também somente foram possíveis pelo apoio de todos os acionistas da empresa, a quem agradecemos pelo apoio e confiança demonstrados ao longo do ano.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

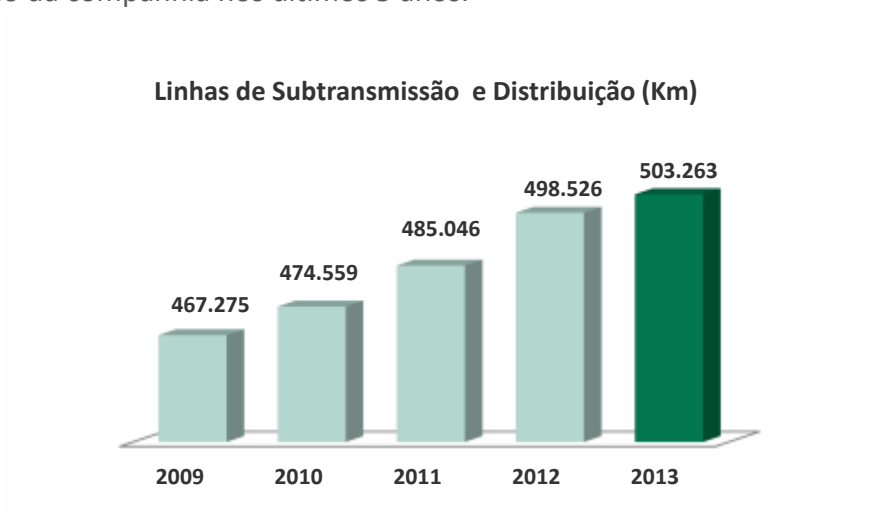
A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 486.045 km de redes de distribuição (98.175 km em área urbana e 387.870 km de redes rurais) e 17.218 km de linhas de subtransmissão, com um número de consumidores da ordem de 7,8 milhões.

A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores da classe residencial faturados em 2013, 6.224 mil, cerca de 15,53% ou seja 967 mil são consumidores de baixa renda.

Área de Atuação



No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das linhas de subtransmissão e de distribuição da companhia nos últimos 5 anos.



Nossa missão, visão e valores

Missão

Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão

Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores

Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Renovação de concessões

A Cemig Distribuição tem como um de seus mais valiosos ativos intangíveis as concessões para exploração nas áreas de distribuição de energia elétrica.

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (“MP”), posteriormente convertida na Lei 12.783/13, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

A MP, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição alcançadas pela Lei 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

Dessa forma, a Companhia requereu a renovação dos contratos de concessão de distribuição. O prazo de vencimento dessas concessões, que serão objeto de renovação por mais 30 anos, é fevereiro de 2016.

Revisão tarifária

Em abril de 2013 ocorreu a Terceira Revisão Tarifária Ordinária da empresa e a ANEEL definiu o índice médio de 2,99% para o reajuste das tarifas de energia elétrica dos consumidores da Cemig D, que irá vigorar a partir de 08/04/2013 até 07/04/2014.

Para os consumidores cativos de média e alta tensão, como indústrias e setor de serviços, a redução foi de 4,83%. Já para os consumidores de baixa tensão, o reajuste médio foi de 6,98%, sendo para o Residencial Pleno 4,87% e para Residencial Baixa Renda de 6,30%. Como no início desse ano houve uma Revisão Tarifária Extraordinária que alterou as tarifas, o impacto aqui divulgado foi calculado comparando as tarifas homologadas em janeiro de 2013 com as estabelecidas em abril de 2013.

Do valor cobrado na tarifa, apenas 27% ficam na Cemig Distribuição e se destinam cobrir os custos gerenciáveis - remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da Concessionária. Os demais 73% são repassados para cobrir os custos não gerenciáveis sendo para energia comprada 38%, tributos 26%, encargos setoriais 6% e 3% para encargos de transmissão.

Dentre os principais fatores que impactaram o índice de reajuste desse ano, considerando o reajuste extraordinário de janeiro, se encontra o aumento da energia comprada em 30,1%. Em sentido contrário, os custos gerenciáveis reduziram, sendo 7,7% relativo aos custos operacionais, 39,7% relativos à remuneração e 24,8% relativos à depreciação. Já os encargos setoriais reduziram 4,8%.

O ICMS, tributo estadual, é cobrado diretamente na fatura do consumidor e repassado integralmente ao governo estadual. No caso de Minas Gerais, há cerca de 2,5 milhões de consumidores residenciais com consumo até 90 kWh/mês que são isentos desse tributo.

Também é cobrada a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP), definida pela administração municipal. A Cemig apenas arrecada essa parcela na conta e a repassa para o município. O pagamento desse valor pelo consumidor atribui às prefeituras municipais a responsabilidade pelos serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública.

Gestão das Perdas

O Índice de perdas totais da Distribuição atingiu o valor de 11,23% no final do terceiro trimestre de 2013, sendo 8,72% referentes às perdas técnicas e 2,51% relativos às perdas não técnicas. Esse índice está abaixo dos índices de qualidade exigidos pelo Regulador na última revisão tarifária.

Em 2013, foram adotadas ações específicas para a mitigação das perdas técnicas como a continuidade do plano de compensação reativa de média tensão e substituição de transformadores convencionais antigos e sobrecarregados por transformadores novos com núcleo amorfo, que apresentam perdas técnicas 75% menores, e em 2014 serão instalados capacitores automáticos nas redes de média tensão. Os investimentos de reforço realizados no sistema elétrico em alta, média e baixa tensão contribuíram para o controle das perdas técnicas (que são inerentes ao processo de transporte e transformação de energia).

Com relação à gestão das perdas não técnicas, a regularização de 24 mil unidades consumidoras proporcionou uma recuperação de energia de 107 GWh e um incremento de energia de 112 GWh. Esses montantes de energia correspondem a receitas agregadas de R\$ 62 milhões e R\$ 27 milhões, respectivamente. A receita adicional proveniente da cobrança de custo administrativo das irregularidades e de danos provocados em equipamentos de medição totalizou R\$ 1,8 milhão. Portanto, o processo de regularização proporcionou uma receita adicional de R\$ 90,8 milhões.

Além disso, foram realizados aprimoramentos na ferramenta para seleção de alvos de inspeção (SGC/SAP), aumento da produtividade no processo de cobrança de consumo irregular, blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte, substituição de aproximadamente 340 mil medidores obsoletos e retirada de 2.630 ligações clandestinas (redução de perdas de 6,2 GWh ou R\$ 0,66 milhão).

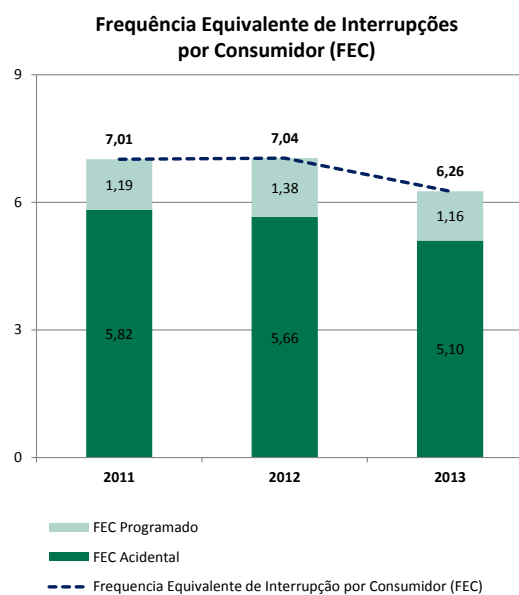
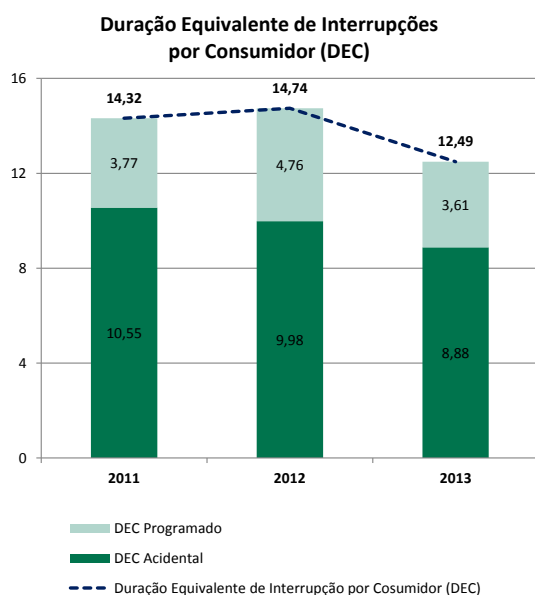
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Qualidade no Fornecimento

A Cemig desenvolve ações e iniciativas com o objetivo de melhorar a gestão operacional, a organização da logística de serviços de atendimento às emergências, e a realização permanente de inspeções e manutenções preventivas das subestações, das linhas e redes de distribuição. Investe, também, na qualificação dos seus profissionais, em tecnologias de ponta e na padronização dos processos de trabalho.

Na análise dos indicadores da Cemig D, deve ser observada no cálculo do DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) a diferença entre as interrupções ocasionadas por acidentes e as interrupções programadas, relacionadas aos novos investimentos, onde é necessária, em algumas ocasiões, a interrupção do fornecimento de energia.

Os gráficos seguintes mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) da Cemig nos últimos 3 anos, destacando-se a significativa melhoria de qualidade em 2013:



Política de Atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso dos consumidores à Companhia, a Cemig disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios comunicação, tanto presencial como à distância.

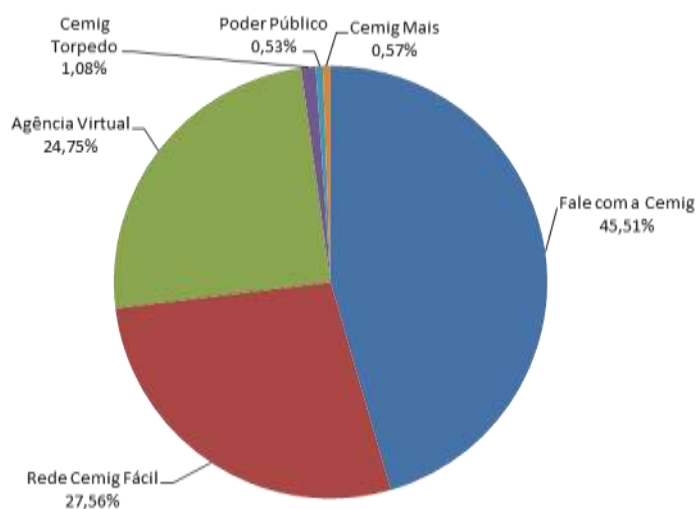
O canal Fale com a Cemig representa uma forma de contato entre a Companhia e seus clientes e consumidores via telefone 116 e/ou pela internet. O número de atendimentos em 2013 foi de 10,6 milhões por telefone, 115 mil por chat e 121 mil por e-mail.

O atendimento presencial é feito através da Rede Cemig Fácil de Atendimento que possui 156 Agências de Atendimento Cemig Fácil em cidades acima de 10.000 unidades consumidoras e 621 Postos de Atendimento Cemig Fácil em cidades abaixo de 10.000 unidades consumidoras, estando presente em todos os 774 municípios da área de concessão da Cemig. Em 2013, foram realizados 6,7 milhões atendimentos na rede Cemig Fácil.

Outro canal que merece destaque é o Cemig Torpedo que possibilita ao consumidor contatar a Cemig através de mensagens SMS. Em 2013 foram recebidas 278 mil mensagens.

A Companhia também busca oferecer um melhor atendimento e interação com públicos consumidores especiais, por meio da adequação das instalações das Agências de Atendimento às normas de acessibilidade (ABNT-NBR 9050), chat na Agência Virtual, Cemig Torpedo e contas de energia elétrica em Braille. Nas estações ambientais da Cemig existem trilhas em Braille que visam integrar os deficientes visuais a visitação.

O gráfico a seguir mostra os canais de atendimento da Companhia com seus respectivos percentuais em relação ao total de atendimentos.



DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Resultado do Exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2013, um lucro líquido de R\$490 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$191 milhões no exercício de 2012, representando um aumento 156,54%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2013	2012
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	9.816	10.792
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.047	1.872
Transações com Energia na CCEE	180	116
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	884	1.228
Outras Receitas Operacionais	814	281
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(3.535)	(4.785)
	9.206	9.504

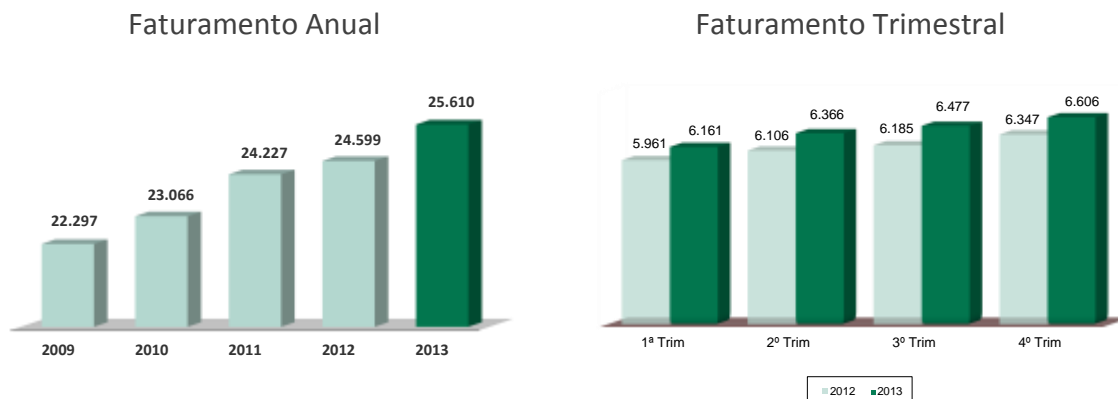
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

Os principais impactos na receita de 2013 decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 4,11% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- redução tarifária média percebida pelos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 18,14%, conforme Revisão Tarifária Extraordinária estabelecida pela Medida Provisória 579/12. As tarifas foram aplicadas de 24 de janeiro de 2013 a 07 de abril de 2013, quando ocorreu o resultado do processo de Revisão Tarifária Ordinária da Cemig D;
- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012 (efeito integral em 2013);
- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013.
- Reconhecimento de R\$673 milhões de receita em 2013 decorrente de subvenção recebida da Eletrobrás, em função, principalmente, do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda e subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). (vide Nota Explicativa nº 22d).

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Residencial	9.473.426	8.870.990
Industrial	4.044.861	4.174.465
Comércio, Serviços e Outros	5.693.262	5.438.451
Rural	3.028.459	2.857.117
Poder Público	860.709	830.705
Iluminação Pública	1.267.202	1.241.927
Serviço Público	1.241.898	1.185.781
Subtotal	25.609.817	24.599.436
Consumo Próprio	35.162	34.126
Total	25.644.979	24.633.562

O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

■ Residencial

O consumo residencial representa 36,99% da energia vendida em 2013 e o crescimento de 6,79% no ano está associado à ligação de novas unidades consumidoras, condições climáticas com temperaturas acima da média histórica em alguns meses do ano e ao incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias viabilizada pelas políticas governamentais de emprego e renda, estímulo à aquisição de bens associados à oferta de linhas de financiamento.

O consumo médio mensal por unidade residencial em 2013 foi de 126,33 kWh, com elevação de 3,09% em relação ao ano anterior.

■ Industrial

A energia utilizada pelos clientes cativos, correspondente a 15,79% do volume vendido em 2013, teve uma redução de 3,10% em relação a 2012 em função basicamente da redução do nível de atividade da economia no ano de 2013. A produção física industrial no Estado apresentou recuo de 1,3% em 2013, ocasionado principalmente pelas reduções nos setores de veículos (7,6%), extrativa mineral (6,2%), metalurgia básica (3,1%) e produtos de metal (7,7%).

■ Comercial e de Serviços

Esta classe representou 22,23% da energia vendida e cresceu 4,69% no ano de 2013, comportamento associado à ligação de novos consumidores, condições climáticas com temperaturas acima da média histórica em alguns meses do ano e aumento de 2,1% no consumo médio mensal por consumidor cativo (676,8 kWh/mês) em 2013 em relação a 2012 (662,8 kWh/mês) e dinâmica do setor terciário, envolvendo a prestação de serviços às famílias bem como aos vários setores econômicos.

Os ramos mais representativos desta classe apresentaram as seguintes taxas de crescimento em 2013: Comercio Varejista 6,5%, Serviços de Alojamento e Alimentação 7,1%, Serviços de Comunicação 4,7% e Serviços de Saúde 4,2%.

■ Rural

Esta classe representou 11,83% da energia vendida e cresceu 6,00% em 2013, com a ligação de propriedades rurais e o aumento da demanda de energia para irrigação em função de condições climáticas atípicas ao longo do ano, com menor índice de chuvas em relação às medias históricas.

O consumo médio mensal por consumidor foi de 378,4 kWh/mês em 2013 comparados a 361,1 kWh/mês em 2012, um aumento de 4,79%.

■ Demais Classes

A energia das demais classes – Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público, que representa, em conjunto, 13,16% da energia distribuída, totalizou 3.369.809 MWh com crescimento de 3,46% no ano de 2013, em relação a 2012.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$3.535 milhões em 2013 comparados a R\$4.785 milhões em 2012, representando uma redução de 26,12%. Este resultado decorre, principalmente, da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, com redução e extinção de encargos setoriais.

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Os encargos referentes à CCC foram de R\$26 milhões, no exercício de 2013, comparados a R\$409 milhões no exercício de 2012, representando uma redução de 93,64%.

Este era um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados era compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Os encargos referentes à CDE foram de R\$122 milhões, no exercício de 2013, comparados a R\$451 milhões no exercício de 2012, representando uma redução de 72,95%. A Lei 12.783 reduziu em 75,00% os encargos referentes à CDE.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão era uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e os pagamentos eram definidos por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da RGR. Os encargos referentes à RGR foram de R\$88 milhões, no exercício de 2012.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$8.335 milhões em 2013 comparados a R\$9.007 milhões em 2012, representando uma redução de 7,46%.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Contábeis.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$4.089 milhões em 2013 comparados a 4.180 milhões em 2012, uma redução de 2,18%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 5,90% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$2.297 milhões no exercício de 2013, comparados a R\$2.441 milhões no mesmo período de 2012, decorrente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- aumento de 14,80% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$1.016 milhões no exercício de 2013, comparados a R\$885 milhões no exercício de 2012, em decorrência, dentre outros fatores, da desvalorização do Real frente ao Dólar em 2013, comparada a uma valorização em 2012. O Dólar médio relativo às faturas no exercício de 2013 foi de R\$2,0313, em comparação a R\$1,5897 do exercício de 2012, o que representou uma variação de 27,78%;
- aumento de 12,28% no suprimento de energia proveniente de fontes alternativas (PROINFA), que foi de R\$256 milhões no exercício de 2013, comparados a R\$228 em 2012, conforme cotas anuais definidas pela ANEEL.
- O Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas. Em 2013, a Companhia reconheceu uma compensação dos custos com energia elétrica comprada de curto prazo no montante de R\$1.008 milhões, conforme abaixo:
 - R\$489 milhões decorrentes da redução do impacto do reajuste tarifário, limitado em 3,00% pelo Governo Federal, com o recebimento à vista de parcela dos gastos com compra de energia que foram superiores à receita no período de abril de 2012 à abril de 2013;

- R\$519 milhões em virtude do alívio das exposições financeiras da Companhia no mercado de curto prazo, que cobriu o déficit tarifário relativo ao risco hidrológico decorrente das cotas, à exposição involuntária decorrente da não adesão à prorrogação das concessões e ao Encargo de Serviço de Sistema (ESS-Segurança Energética).

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$410 milhões em 2013 comparados a R\$794 milhões em 2012, representando uma redução de 48,36%. Este resultado decorre da aplicação da Lei 12.783/13, que reduziu os encargos setoriais e também renovou concessões antigas de transmissão do setor elétrico, com a redução na remuneração das concessionárias, o que refletiu na diminuição dos encargos de transmissão.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Contábeis.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$894 milhões em 2013 comparados a R\$831 milhões em 2012, representando um aumento de 7,58%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Adesões de empregados ao novo programa de desligamento da companhia, o Programa Incentivo ao Desligamento (PID), com uma provisão de R\$56 milhões em 2013 em comparação a R\$25 milhões em 2012.
- Reajuste salarial de 6%, concedido aos empregados em 2012, decorrente do Acordo Coletivo 2012/2013 e de 6,85%, a partir de novembro de 2013, decorrente do Acordo Coletivo 2013/2014.
- Menor transferência de custo de pessoal para obras, R\$40 milhões em 2013 em comparação a R\$80 milhões em 2012

Mais informações na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações contábeis.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$721 milhões em dezembro de 2013, comparados a R\$695 milhões no mesmo período de 2012, representando um aumento de 3,74%, decorrente, principalmente, dos

gastos reembolsáveis relativos à revisão do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE), no montante de R\$25 milhões que serão reembolsados através da tarifa vigente no período de 08 de abril de 2013 a 07 de abril de 2014. Também contribuíram para a variação nesta despesa os aumentos de alguns gastos com destaque para a manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos que passou de R\$148 milhões em 2012 para R\$159 milhões em 2013 e conservação e limpeza de prédios que passou de R\$50 milhões em 2012 para R\$64 milhões em 2013.

O aumento na despesas com Serviços de Terceiros foi, parcialmente, compensado por uma redução no volume de diversos serviços, dentre os quais destacam-se os serviços de comunicação e corte e religação que reduziram-se em R\$18 milhões e R\$16 milhões, respectivamente.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Contábeis.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$275 milhões em 2013 comparados a R\$268 milhões em 2012, um aumento de 2,61%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes itens:

- Redução de R\$107 milhões na Provisão para devedores duvidosos em função de provisão no ano anterior de R\$159 milhões referente à perda relativa ao ICMS sobre encargos de uso do sistema de distribuição – TUSD.
- Aumento de R\$129 milhões nas provisões trabalhistas em 2013 decorrente principalmente da reavaliação de expectativa de perda de ações desta natureza no período, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Vide a composição das provisões operacionais na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Contábeis.

Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$884 milhões no exercício de 2013, comparados a R\$1.228 milhões do mesmo período de 2012, uma redução de 28,01%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Despesas Operacionais Líquidas

As Outras Despesas Líquidas somaram R\$328 milhões em 2013, comparadas a R\$307 milhões em 2012, o que representou um aumento de 6,84%. Vide a composição das Outras Despesas na Nota Explicativa nº 23.f.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido em 2013 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$194 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$285 milhões em 2012.

Os principais efeitos no resultado financeiro em 2013 decorrem dos seguintes fatos:

- A Cemig discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente o período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada a transferência do crédito para suas subsidiárias, sendo que, para a CEMIG D, foi em um percentual de 51,93% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União. O ganho total para a Cemig D foi de R\$163 milhões, reconhecidos no resultado financeiro.
- aumento de 73,81% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$73 milhões no exercício de 2013, comparados a R\$42 milhões em 2012, decorrente do maior volume de recursos disponíveis para aplicação em 2013;
- aumento de 114,55% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos. No exercício de 2013 esta despesa foi de R\$118 milhões comparados a R\$55 milhões em 2012. Este resultado decorre do maior volume de captações em 2013 indexado a índices de no período.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis.

Imposto de Renda e Contribuição Social

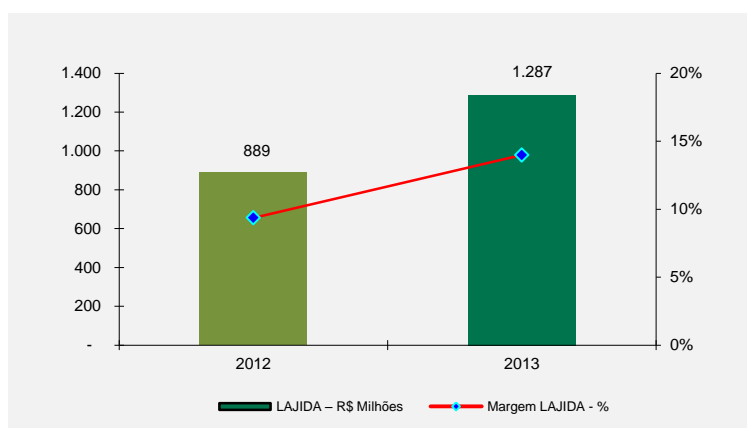
A Cemig Distribuição apurou em 2013 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$187 milhões em relação ao lucro de R\$678 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 27,65%. Em 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$20 milhões em relação ao lucro de R\$212 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 9,65%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Contábeis.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

Considerando as receitas e despesas apresentadas acima, o LAJIDA da Cemig Distribuição em 2013 apresentou um aumento de 44,77% na comparação com 2012.

LAJIDA - R\$ milhões	2013	2012	Var %
Resultado do Exercício	490	191	156,54
+ Despesa de IR e Contribuição Social	187	20	835,00
+ Resultado Financeiro	194	285	(31,93)
+ Amortização	416	393	5,85
= LAJIDA	1.287	889	44,77

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.



O aumento do LAJIDA em 2013, em comparação ao mesmo período de 2012, deve-se, principalmente, ao aumento do lucro líquido, principalmente em decorrência da redução de 8,08% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, que passaram de R\$8.614 milhões em 2012 para R\$7.918 milhões em 2013. Consequentemente, a margem do LAJIDA aumentou de 9,66% em 2012 para 13,54% em 2013.

Ativos e Passivos Regulatórios

A Companhia possui ativos e passivos para fins regulatórios, não registrados em suas Demonstrações Contábeis, conforme segue:

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores já incluídos nos reajustes tarifários	Valores a serem repassados no próximo reajuste tarifário	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativo	105.359	1.202.611	1.307.970	863.757	381.490
Passivo	(52.304)	(911.565)	(963.869)	(297.013)	(698.402)
	53.055	291.046	344.101	566.744	(316.912)

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativos			
Despesas Antecipadas – CVA (1)	1.257.729	785.582	302.771
Descontos TUSD Fonte Incentivada	-	59.390	24.746
Descontos TUSD Autoprodutor e Produtor Independente	-	7.254	29.341
Redução Tarifa uso Sistema Transmissão e Distribuição	26.096	-	-
Descontos concedidos a Irrigantes	4.913	8.338	20.321
Outros Ativos Regulatórios	19.232	3.193	4.311
	1.307.970	863.757	381.490
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(128.556)	(218.911)	132.107
	1.179.414	644.846	513.597
Passivos			
Parcela "A"	-	-	(9.646)
Passivos Regulatórios – CVA (1)	(950.346)	(293.542)	(537.620)
Subvenção Baixa Renda	-	(1.493)	(147.695)
Outros Passivos Regulatórios	(13.523)	(1.978)	(3.441)
	(963.869)	(297.013)	(698.402)
	215.545	344.833	(184.805)

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA);

As principais características dos ativos e passivos regulatórios são:

Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e Neutralidade dos Encargos Setoriais

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e da Neutralidade dos Encargos Setoriais referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente, ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Descontos TUSD e Irrigação

Consiste na compensação da perda de receita da concessionária em função da concessão de descontos aos consumidores livres de fontes incentivadas, aos autoprodutores e produtores independentes e aos descontos especiais na tarifa de fornecimento das atividades de irrigação e aquicultura.

Subvenção Baixa Renda

Subsídios concedidos aos consumidores com direito à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) a serem ressarcidos, à Companhia, pelos demais consumidores.

Outros Componentes Financeiros

Referem-se às demais variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis, não definidos como CVA, e os pagamentos, efetivamente ocorridos, compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os efeitos líquidos dos ativos e passivos regulatórios nos resultados da Companhia, caso estivessem reconhecidos, seriam:

RESULTADO REGULATÓRIO - R\$ milhões	31/12/2013	31/12/2012
Resultado do Exercício	490	191
Resultado Operacional dos Ativos e Passivos Regulatórios	(247)	839
Resultado Financeiro sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	47	(32)
IR/CS sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	68	(274)
Resultado do Exercício considerando ativos e passivos regulatórios	358	724

LAJIDA REGULATÓRIO - R\$ milhões	2013	2012	Var %
Resultado do Exercício considerando ativos e passivos regulatórios	358	724	(50,55)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	119	295	(59,66)
+ Resultado Financeiro	147	317	(53,63)
+ Amortização	416	393	5,85
= LAJIDA	1.040	1.729	(39,85)

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de subtransmissão e distribuição existentes.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2013 totalizaram R\$686 milhões, em comparação com R\$190 milhões em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, nem o caixa, nem os equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para este aumento estão apresentadas a seguir:

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2013 e 2012 totalizou R\$804 milhões e R\$592 milhões, respectivamente. O aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2013, em comparação com 2012, decorre, principalmente, do aumento do resultado do exercício, que passou de um lucro de R\$191 milhões em 2012 para R\$490 milhões em 2013.

Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2013 e 2012 totalizou, respectivamente, R\$740 milhões e R\$1.453 milhões. A redução nos valores consumidos nas atividades de investimento em 2013, em comparação com o exercício anterior, decorre, basicamente, do resgate da alocação de recursos em Fundos Vinculados, para liquidação de faturas de energia comprada que estavam alocados em 31 de dezembro de 2012 e do menor volume de investimentos em ativos da concessão em 2013, R\$884 milhões na comparação com R\$1.228 milhões em 2012.

Fluxo de Caixa (Consumido nas) Gerado pelas Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2013 totalizou R\$432 milhões, decorrente da captação de R\$2.394 milhões de empréstimos e financiamentos, parcialmente, compensados pela amortização de R\$1.824 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$138 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2012 totalizou R\$524 milhões, decorrente da captação de R\$1.470 milhões de empréstimos e financiamentos, parcialmente, compensados pela amortização de R\$572 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$374 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

A Companhia mantém o seu compromisso de assegurar sua qualidade de crédito em níveis satisfatórios que denotem “grau de investimento”, ou seja, baixo risco de crédito, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio.

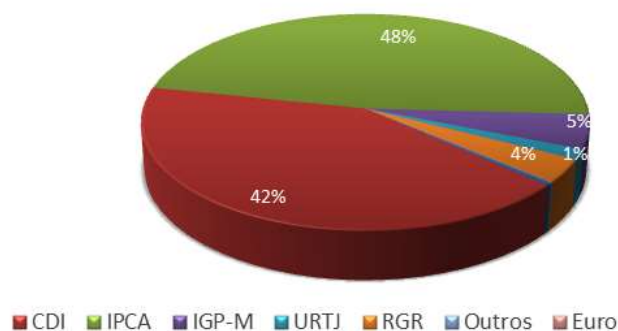
Em 2013, foram captados R\$2.394 milhões na Cemig Distribuição, sendo R\$191 milhões através da emissão de uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil para aquisição de energia, R\$2.179 milhões através da 3ª emissão de debêntures para o resgate das Notas Promissórias de suas 5ª e 6ª emissões e a realização de investimentos e R\$24, milhões em financiamentos da Eletrobrás para o programa Cresce Minas.

A Cemig Distribuição em 2013, prorrogou também parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito no valor de R\$600 milhões, contratadas via cédulas de crédito comercial com o Banco do Brasil.

Destaca-se a 3ª Emissão Pública de Debêntures, em que foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.179 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Cemig D emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série, 1.095.508 debêntures da segunda série e 653.675 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios de CDI + 0,69% ao ano, e as debêntures da segunda e da terceira séries terão seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA-IBGE e farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 4,70% ao ano e 5,10% ao ano, respectivamente.

Esta emissão conta com o aval da sua controladora, a Cemig, e foi realizada no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa regulado pela ANBIMA, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Vale destacar que esse Novo Mercado é resultado de um esforço conjunto, implementado pela CVM, Banco Central, BNDES, Ministério da Fazenda e pelas empresas, no sentido de se fomentar um ambiente de negociação mais líquido no mercado secundário, capaz de ampliar a base de investidores (inclusive de investidores estrangeiros) e, mais importante, proporcionar a realização de operações de mais longo prazo e vinculadas a índices de preços, compatíveis com os investimentos em infraestrutura necessários para o crescimento do país, criando alternativas de financiamento complementares aos recursos do BNDES.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2013

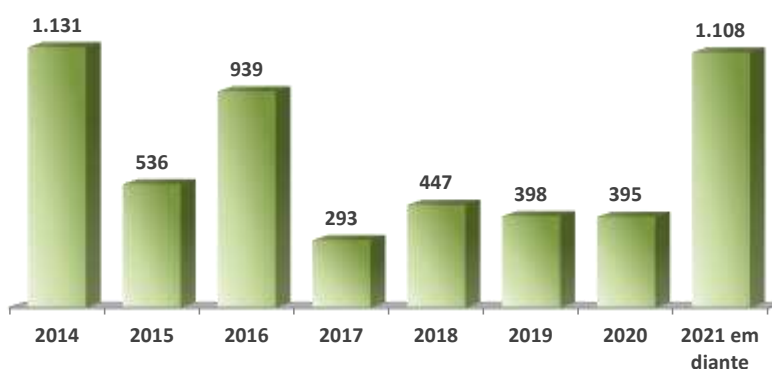


A composição da dívida da Cemig Distribuição é reflexo das fontes de recursos à disposição da empresa (crédito bancário utilizado para rolagem de dívida e emissões de debêntures e notas promissórias, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local), bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira (atualmente em 0,7%). O custo médio da dívida da Cemig é de 5,68%a.a., a preços constantes.

A Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, tem um prazo médio de 4,7 anos. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Contábeis.

Cronograma de Amortizações da Dívida Posicionamento em Dezembro/2013 (R\$ milhões)



Os ratings da Cemig Distribuição refletem uma percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa, assegurando sólidos indicadores de crédito e perfil de liquidez adequado, conforme avaliam as principais agências de rating.

INVESTIMENTOS

Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD)

Os investimentos no sistema elétrico da Cemig D para este novo ciclo tarifário (2013/2017) representam um montante de R\$ 3.749 milhões.

Em 2013 foram investidos R\$ 884 milhões, sendo R\$ 265 milhões no Sistema de Distribuição de Alta Tensão e R\$ 619 milhões no Sistema de Distribuição de Média e Baixa tensão.

O número total de obras previstas para o ciclo 2013-2017 inclui 800 empreendimentos na AT e mais de 50 mil na MT/BT, viabilizados pelo trabalho de mais de 5 mil colaboradores.

Além desses expressivos números, outro destaque é para o número de novos clientes que atingirá a marca de 1,2 milhão de novas ligações no período.

Expansões do Sistema Elétrico Subtransmissão (69 kV a 161kV)

Objetivando incrementar a disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e na quantidade requerida pelos consumidores, promovendo desenvolvimento social, industrial e comercial, de janeiro a dezembro de 2013, foram realizados cerca de R\$ 150 milhões em investimentos na expansão, reformas e melhorias no Sistema Elétrico de Distribuição da Cemig D.

Destacam-se ainda os investimentos em subestações já iniciados, com desembolso financeiro em 2013 e com previsão de energização em 2014/2015, no valor de R\$140 milhões, os quais irão ampliar a capacidade de suprimento de energia em diversas regiões do estado de Minas Gerais, possibilitando o atendimento ao crescimento do mercado com maior qualidade, confiabilidade e segurança.

Para reforçar o sistema da região metropolitana para a Copa do Mundo de 2014, investimos R\$159 milhões em subestações, destacando-se a subestação BH Centro, com investimentos de R\$95 milhões.

Programa de Eletrificação Rural

O Programa de Universalização Rural em andamento prevê atendido sem ônus para um ponto por propriedade, para carga instalada de até 50 kW, com investimentos de aproximadamente R\$73 milhões.

No ano de 2013, a Cemig promoveu a ligação de cerca de sete mil novas unidades consumidoras, considerando os atendimentos com necessidade de construção de rede nova e os atendimentos a pedidos onde a rede já estava disponível à porta. Além disso, foram atendidas cerca de mil solicitações de aumento de carga, possibilitando a expansão das atividades rurais desenvolvidas nas propriedades.

Programa Campos de Luz

O projeto Campos de Luz consiste na revitalização, através de iluminação e adequação de equipamentos, nos campos de futebol amador de Minas Gerais destinados à prática esportiva, entretenimento, eventos sociais e capacitação profissional para crianças e jovens carentes das regiões do estado, extensivo às comunidades locais.

No biênio 2012-2013, a CEMIG promoveu, com o final desta quarta etapa do Programa, a iluminação de 150 campos de futebol amador performando 504 municípios contemplados dos 774 existentes na concessão Cemig D.

Até 2013, a CEMIG proveu com iluminação, com custos médios reduzidos, a um total de 865 campos de futebol amador. Assim, CEMIG e Secretaria de Estado de Governo – SEGOV cumpriram plenamente o objetivo traçado nos convênios celebrados.

Mercado Urbano

A CEMIG Distribuição, desde 2006, ano em que teve sua área de concessão urbana considerada pela Agência Reguladora com universalizada, vem efetivando a todos os pedidos de atendimento. No ano de 2013 promoveu a ligação de mais 280 mil novas unidades consumidoras, considerando atendimentos com necessidade de construção de rede nova e o atendimento a pedidos onde a rede já está disponível à porta.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária (AGO) a realizar-se até 30 de abril de 2014 que, ao resultado do exercício, no montante de R\$490 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$123 milhões para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio;
- R\$140 milhões para pagamento de Dividendo Estatutário;
- R\$25 milhões para a constituição de Reserva Legal;
- R\$202 milhões serão retidos no Patrimônio Líquido para utilização no Programa de Investimentos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de três anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2013, foram realizadas 28 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

Contamos ainda com seis Comitês de Apoio ao Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros, indicados pelos acionistas, com mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos ao término do mandato. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao *Securities Act* e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2013 foram realizadas 11 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos

Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

Serviços	2013 (R\$ mil)	% em relação à auditoria	2012 (R\$ mil)	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Contábeis	332	61,03	213	85,20
Avaliação de controles internos - SOX	199	36,58	30	12,00
Auditoria de ativos e passivos regulatórios	13	2,39	7	2,80
	544	100,00	250	100,00
Serviços Adicionais:				
Revisão de DIPJ e das provisões trimestrais de IR e CSSL	81	14,89	2	0,80
Total Geral	625	114,89	252	100,80

Os serviços adicionais foram contratados para o período de junho de 2012 a março de 2015, em conjunto com os serviços de auditoria externa, e são restritos a revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig.

Identificamos riscos estratégicos e de processos/operacionais. Os estratégicos são aqueles relacionados aos objetivos e à visão da Empresa, ou de decisões estratégicas que podem não alcançar o êxito planejado. Para estes criamos uma matriz onde identificamos 24 riscos estratégicos, riscos como dificuldades na Captação de Recursos, contingências ambientais e insucesso no controle de perdas da Cemig D estão presentes nessa Matriz. Já os riscos operacionais, que surgem no exercício das funções do negócio, ou seja, estão associados às pessoas, aos sistemas e aos processos de que sua operação depende. O caderno de riscos do último ciclo de revisão foi finalizado com 160 mapeados, riscos como não reduzir as perdas comerciais e técnicas em níveis determinados pelo órgão regulador em identificados neste caderno.

O processo é supervisionado pelo Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC que tem, ainda, como atribuições: (i) Propor, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes, políticas e procedimentos a serem adotados no Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos garantindo as melhorias contínuas do processo, promovendo sua divulgação; (II) Analisar e propor à Diretoria Executiva ações prioritárias contemplando os riscos categorizados como “críticos”, na matriz de exposição final; e (III) Submeter à aprovação da Diretoria Executiva mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Empresa.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig D um determinante para seu atual posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig D utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

No ano de 2013 a Companhia registrou gastos com Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética de 47 milhões.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Crescer envolvendo todos os seus públicos de relacionamento é a estratégia de responsabilidade social da Cemig D que está presente em mais de 774 cidades e 22 Estados do Brasil, e leva energia de qualidade a milhões de brasileiros.

Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig D. Em novos empreendimentos ou naqueles que a Cemig D administra o contato com as comunidades ocorre ao longo de todo o ano, por meio de projetos de educação, incentivo ao artesanato e atividades locais, alerta para chuvas, visitas periódicas, treinamentos, com o intuito de prestar assistência e acompanhar o desenvolvimento local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2013 para a Cemig Distribuição são:

Tarifa Social – Desconto na conta de energia para famílias com renda per capita de até meio salário mínimo e inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo. 920 mil famílias já realizaram o cadastro para obter o benefício nas contas da Cemig Distribuição, e a Companhia estima que aproximadamente 1,3 milhão de residências podem ser contempladas.

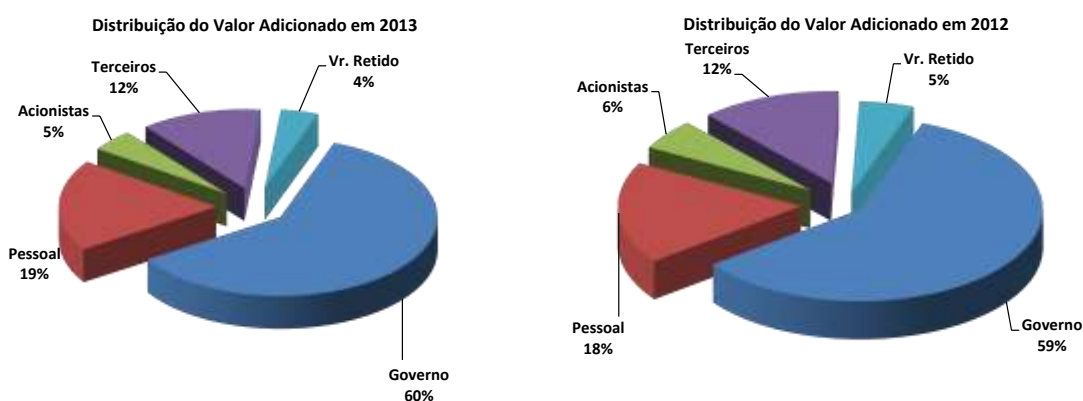
Programa Al6% - O programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A campanha 2013/2014 do Programa teve a participação de quase dois mil empregados realizando destinações de recursos superiores a R\$1 milhão de reais, que serão distribuídos entre 191 Instituições Sociais cadastradas em 105 cidades que trabalham com ações de proteção e defesa dos direitos de crianças e jovens em situação de risco ou vulnerabilidade social.

Programa Energia Inteligente - Traduz a preocupação da Cemig D em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. O investimento realizado em 2013 foi de R\$36,4 milhões sendo no Projeto Conviver R\$10,1 milhões em 2013 e atendidas 36.523 famílias.

Valor Adicionado

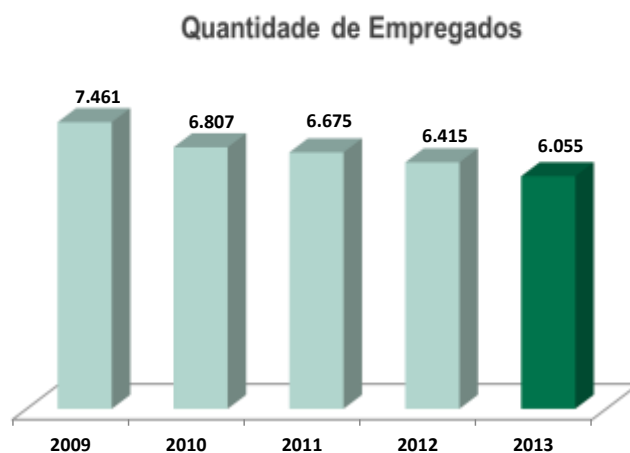
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, a sua geração de riqueza, com R\$5.843 milhões de valor adicionado em 2013 em comparação a R\$6.453 milhões em 2012.



Recursos Humanos

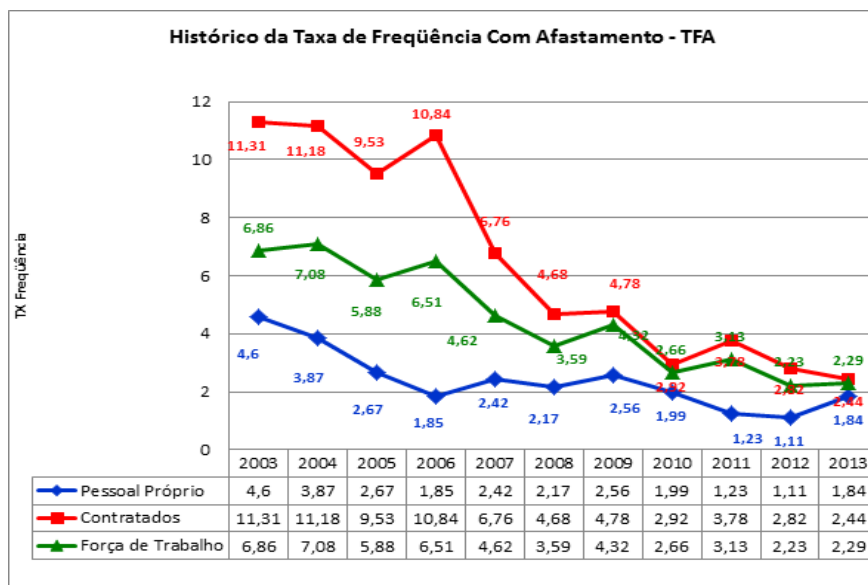
A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

O gráfico a seguir mostra a evolução do quadro de empregados da Cemig D nos últimos 5 anos:



Segurança do Trabalho, Saúde e Bem-estar

Nos últimos 10 anos, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFA) da força de trabalho vem refletindo o resultado positivo das ações preventivas de Saúde, Segurança Ocupacional e Bem-estar (SSO&BE). O indicador mostra tendência de redução contínua, sinalizando aderência à meta de Acidente Zero definida pela alta direção.



UniverCemig

A universidade corporativa da Cemig (UniverCemig) foi criada em dezembro de 2008, com o objetivo de prover ações educacionais de desenvolvimento de toda a cadeia de valor da Companhia, atentando às necessidades de treinamento, desenvolvimento e gestão do conhecimento corporativo.

Em 2013, a UniverCemig obteve 930 participações e 42.368 homem-hora de treinamento para empregados de contratadas, 138.674 participações e 424.470 homem-hora treinados para empregados do quadro próprio, dentre os quais ressalta-se ainda a participação de 382 novos empregados nos cursos de formação e capacitação. Estes números demonstram o compromisso da UniverCemig no desenvolvimento de soluções de aprendizagem corporativa.

Cultura e Sociedade

Em 2013, os patrocínios permaneceram alinhados à estratégia da Política de Patrocínios da Companhia, atuando em sinergia com as políticas públicas vigentes para melhoria do cenário cultural do Estado. Os dois programas da Empresa – o Cemig Cultural e o Filme em Minas – apoiaram 185 projetos, atendendo a meta de regionalização da produção da Secretaria de Estado da Cultura. O total investido em cultura, entre patrocínios incentivados por leis federais e através de doações com recurso próprio, foi de R\$ 22 milhões, acusando um aumento expressivo em relação a 2012.

O Programa Filme em Minas 2013/2014 contemplou 44 projetos com um investimento de R\$ 2,5 milhões no total. Houve continuidade nos patrocínios de manutenção a museus (como o Museu de Artes & Ofícios, em Belo Horizonte, o Instituto de Arte Contemporânea e Jardim Botânico – Inhotim, em Brumadinho – MG, e o Museu do Oratório, em Ouro Preto – MG), centros de cultura permanente (como a Fundação Artística e a Fundação Clóvis Salgado/Palácio das Artes, em Belo Horizonte), e aos projetos de fomento à leitura (como o Sempre um Papo, os Festivais Literários de Ouro Preto e de São João Del Rei e a manutenção da Biblioteca Pública Estadual e das publicações do Arquivo Público Mineiro). Manutenção do Centro de Arte Popular Cemig, espaço que compõe o Circuito Cultural da Praça da Liberdade, projeto estratégico do Governo de Minas: o espaço abriga um acervo permanente do artesanato mineiro e recebe exposições temporárias ligadas ao tema.

No esporte, a continuidade dos patrocínios aos projetos dos quatro anos anteriores renderam prêmios nacionais e novamente o Prêmio Empresa Amiga do Esporte, do Ministério dos Esportes. Foram repassados pela Lei do Esporte recursos da ordem de R\$ 4,5 milhões e os projetos foram selecionados juntamente com a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude.

A parceria com o Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas) foi mantida, patrocinando os projetos Vita Vida e Valores de Minas: o primeiro voltado para o combate à fome, fornecendo refeições balanceadas a milhares de crianças/mês, e o outro para o fortalecimento da autoestima e crescimento pessoal de milhares de estudantes da rede estadual, por meio de atividades ligadas à cultura.

Meio Ambiente

A Cemig historicamente possui como direcionador o cuidado ambiental em suas atividades e negócios, contribuindo para a preservação, conservação e melhoria do meio ambiente de forma sustentável.

Para elaborar essa estratégia, a Companhia identifica e prioriza os projetos socioambientais relevantes por meio de uma matriz de riscos, integrante do Programa de Adequação Socioambiental, cuja tomada de decisões é feita para um cenário de longo prazo que considera os riscos e oportunidades relativas aos principais desafios ambientais da empresa. Periodicamente, esse programa é acompanhado pelo Comitê de Adequação Socioambiental que é composto por representantes das diretorias da Empresa.

São documentos regentes e pautam todas as ações e iniciativas realizadas pela Companhia ou em nome dela: a Política Ambiental, a Política de Biodiversidade e o Compromisso com as Mudanças Climáticas, evidências da orientação corporativa como promotora e indutora de boas práticas ambientais.

Em 2013, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$ 19,5 milhões. Destes, R\$ 17,3 milhões foram investidos em gestão ambiental e gerenciamento resíduos, sendo que R\$ 2,1 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente e R\$ 2,2 milhões em novos empreendimentos.

Reconhecimento em sustentabilidade corporativa

A Cemig, controladora da Cemig Distribuição, mais uma vez foi selecionada para compor a carteira do *Dow Jones Sustainability World Index* no período 2013/2014. São 14 anos consecutivos que marcam a permanência da Companhia nesse índice, mantendo-se como a única do setor elétrico da América Latina a fazer parte do *DJSI World* desde a sua criação, em 1999.

A nova composição do *DJSI World*, anunciada nesta quinta-feira (12/9), reúne 333 empresas, sendo que o processo de seleção abrangeu 2.500 empresas de 59 ramos industriais.

A Cemig foi selecionada, pela nona vez consecutiva, para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBOVESPA, mantendo-se no índice desde a sua criação, em 2005. O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas listadas na BM&FBovespa reconhecidamente comprometidas com a sustentabilidade empresarial, ou seja, que geram valor para o acionista no longo prazo, estando mais preparadas para maximizar as oportunidades empresariais, minimizando os riscos associados às suas atividades.

Licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o atendimento aos órgãos ambientais competentes e a legislação aplicável.

Nos empreendimentos dispensados de licenciamento ambiental são aplicados os requisitos mínimos de adequação ambiental da Cemig, que garantem a identificação, o controle e monitoramento dos impactos. Já os empreendimentos que iniciaram a operação antes de 1986 estão em processo de licenciamento corretivo.

O Sistema Elétrico da Companhia é composto por 7 (sete) malhas que englobam todas as linhas de distribuição e subestações de energia, sendo elas: Malhas Centro, Leste, Mantiqueira, Norte, Oeste, Sul e Triângulo.

A Cemig D possui 68,7% de seus empreendimentos devidamente licenciados e 31,3% em processo de licenciamento.

Gestão de Resíduos

Os materiais retirados de operação como transformadores, isoladores, sucatas, cabos e fios são enviados para ao Centro de Distribuição de Materiais, área certificada com Sistema de Gestão Ambiental Cemig – SGA Nível 1.

Em 2013 foram destinados 32,2 mil toneladas de resíduos, sendo que 31,9 mil toneladas foram alienados ou reciclados, 227 toneladas foram coprocessados ou incinerados e 113 toneladas foram regeneradas. A alienação dos resíduos gerou uma receita de R\$8,4 milhões para a Cemig D.

Foram encaminhadas para reciclagem 49,8 toneladas de lâmpadas fluorescentes queimadas e 49,4 toneladas de lâmpadas quebradas, provenientes de toda a área de concessão da empresa. Além disso, foram coprocessadas 214 toneladas de resíduos impregnados com óleo e 10 toneladas de EPIs. Em relação a 2012, destaca-se um aumento de 22% na destinação de resíduos, sendo postes, transformadores de distribuição, resíduos oleosos diversos e cruzetas são os itens que mais contribuíram para esta variação. Do total de resíduos oleosos dispostos, foram regenerados e reutilizados pela empresa 112,9 toneladas de óleo mineral isolante. Em relação aos resíduos impregnados com óleo observa-se uma diminuição de cerca de 31% em relação ao período anterior, devido ao maior controle nas atividades de manutenção dos equipamentos o que contribui diretamente para a redução dos custos de destinação final.

Manejo de vegetação

Relevante direcionador da estratégia ambiental corporativa, o manejo sustentável de vegetação na Cemig D é desenvolvido e aprimorado atualmente pelo Programa Especial de Manejo Integrado de Árvores e Redes – Premiar.

Lançado em março de 2009, o tem como principais objetivos: Garantir sólida parceria entre concessionárias e poder público na busca por soluções para compatibilização de redes e árvores; Promover a inovação das técnicas de manejo de árvores e redes de forma sustentável e a profissionalização das atividades correlatas, garantindo a melhoria do desempenho do sistema elétrico com redução dos custos; Melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica através da manutenção e melhoria contínua das ações de manejo de arborização.

Para desenvolver as ações do Premiar, a Cemig D firmou parceria com as Prefeituras de Belo Horizonte e Contagem (RMBH), além de outros municípios onde os arboristas atuaram para atender a demandas da Manutenção da Distribuição com indicação e aprovação de serviços de poda e limpeza de faixa de servidão de redes e linhas de distribuição.

Desde 2009 foi mensurada a redução da influência dos desligamentos causados por árvores: No total de desligamentos no período anterior à criação do PREMIAR, de 2007/2008, 20% foram causados por árvores em Belo Horizonte contra 15% no período 2012/2013, já no período 2013/2014 estamos com 10% de influência, o menor percentual desde 2001.



A Cemig adota alternativas tecnológicas em redes de distribuição (redes protegidas e isoladas) para aprimorar a convivência entre as árvores urbanas e as redes de distribuição aérea. Nesse sentido a Empresa adotou desde março de 1999 a Rede de Distribuição Protegida – RDP como seu padrão mínimo de atendimento urbano em substituição definitiva às redes convencionais nuas, tornando-se a primeira Concessionária do Brasil a adotar a RDP como padrão mínimo. O percentual de redes protegidas na Cemig D é de 27%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

1) Base de Cálculo	2013			2012		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	9.205.932			9.503.792		
Resultado Operacional (RO)	871.410			496.677		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	722.415			733.161		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	57.968	8,02	0,63	56.469	7,70	0,59
Encargos sociais compulsórios	193.497	26,78	2,10	190.763	26,02	2,01
Previdência privada	52.476	7,26	0,57	49.011	6,68	0,52
Saúde	34.190	4,73	0,37	32.994	4,50	0,35
Segurança e medicina no trabalho	13.977	1,93	0,15	13.989	1,91	0,15
Educação	287	0,04	-	428	0,06	-
Cultura CE	78	0,01	-	76	0,01	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	16.053	2,22	0,17	13.363	1,82	0,14
Creches ou auxílio-creche	1.523	0,21	0,02	1.471	0,20	0,02
Participação nos lucros ou resultados	153.801	21,29	1,67	164.186	22,39	1,73
Outros	13.193	1,83	0,14	12.642	1,72	0,13
Total - Indicadores Sociais Internos	537.043	74,32	5,82	535.392	73,01	5,64
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	1.200	0,14	0,01	-	-	-
Cultura	8.763	1,01	0,10	7.519	1,51	0,08
Outros Doações/Subvenções/Projetos Sociais/ Esporte	45.680	5,24	0,50	65.094	13,11	0,68
Total das Contribuições para a Sociedade	55.643	6,39	0,61	72.613	14,62	0,76
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.529.971	405,09	38,34	4.556.681	917,43	47,95
Total - Indicadores Sociais Externos	3.585.614	411,48	38,95	4.629.294	932,05	48,71
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	19.500	2,24	0,21	27.705	5,58	0,29
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	19.500	2,24	0,21	27.705	5,58	0,29
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			6.055			6.415
Nº de admissões durante o período			555			1
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			286			ND
Nº de estagiários (as)			234			299
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária			2.025			2.034
- 2º Grau			3.688			3.956
- 1º Grau			307			359
- Até 1º Grau incompleto			35			66
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.531			2.905
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			752			762
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			11,83			8,11%
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			1.993			2.059
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			15,05			16,22
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			65			32
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013			Metas 2014		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia			20,76			NÃO HÁ META
Número total de acidentes de trabalho			40			NÃO HÁ META
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	() direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia	no Procon	na Justiça	na Companhia	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas solucionadas:	na Companhia	no Procon	na Justiça	na Companhia	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)			Em 2013:			Em 2012:
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	60,10% governo 4,51% acionistas	18,65% colaboradores (as) 12,42% terceiros 3,88% retido		70,58% governo 2,19% acionistas	16,20% colaboradores (as) 10,25% terceiros 0,78% retido	
7) Outras Informações						

- I. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos.
- II. Merece destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes provenientes da área de concessão da Companhia, totalizando no ano de 2013, 49,8 toneladas. Além disso, foram coprocessadas 214 toneladas de resíduos impregnados com óleo e 10 toneladas de EPs (equipamento de proteção individual).
- III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possui metas de redução.
- IV. Foram alienados ou reciclados 31,9 mil toneladas de materiais e equipamentos. Dentre os materiais estão isoladores de porcelana, sucatas metálicas de medidores, reatores, cabos, fios e baterias.

* Foram contabilizados na linha "Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa".

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

Descrições	2013	2012
Atendimento		
Número de consumidores (em milhares)	7.781	7.535
Número de empregados	6.055	6.415
Número de consumidores por empregado	1.285	1.175
Número de localidades atendidas	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774
Mercado		
Área de concessão (Km ²)	567.478	567.478
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.516	1.470
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)		
Residencial	476,87	551,28
Comercial	400,84	455,75
Industrial	323,92	372,82
Rural	244,62	273,56
DEC (horas)	12,49	14,74
FEC (número de interrupções)	6,26	7,04
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	72	74
Operacionais		
Número de Subestações	389	282
Linhas de Subtransmissão (Km)	17.218	17.594
Linhas de Distribuição (Km)		
Urbana	97.488	108.400
Rural	387.870	384.750
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$milhões	9.206	9.504
Margem operacional - %	9,47	5,23
LAJIDA ou EBITDA - R\$milhões	1.287	889
Resultado do Exercício - R\$milhões	490	191
Resultado do Exercício por lote de 1000 ações R\$	216,73	84,60
Patrimônio líquido - R\$milhões	2.493	2.463
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.102	1.089
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	22,35	7,20
Endividamento do patrimônio líquido - %	401,35	372,60
Liquidez Corrente	0,95	0,45
Liquidez Geral	1,06	1,07

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Djalma Bastos de Morais	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Eduardo Borges de Andrade	Tarcísio Augusto Carneiro
Fuad Jorge Noman Filho	Luiz Augusto de Barros
Guy Maria Villela Paschoal	Christiano Miguel Moysés
João Camilo Penna	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Joaquim Francisco de Castro Neto	Adriano Magalhães Chaves
Otávio Marques de Azevedo	Bruno Magalhães Menicucci
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Marina Rosenthal Rocha
Ricardo Coutinho de Sena	Newton Brandão Ferraz Ramos
Saulo Alves Pereira Junior	José Augusto Gomes Campos
Tadeu Barreto Guimarães	Leonardo Maurício Colombini Lima
Wando Pereira Borges	Marco Antonio Rodrigues da Cunha

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Helton da Silva Soares	Bruno Gonçalves Siqueira
Lauro Sander	Salvador José Cardoso de Siqueira
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Djalma Bastos de Morais	Diretor Presidente
Arlindo Porto Neto	Diretor Vice-Presidente
Fernando Henrique Schüffner Neto	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Frederico Pacheco de Medeiros	Diretor de Gestão Empresarial
José Carlos de Mattos	Diretor de Gás
Ricardo José Charbel	Diretor de Distribuição e Comercialização
José Raimundo Dias Fonseca	Diretor Comercial
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças e Relações com Investidores.
Luiz Henrique de Castro Carvalho	Diretor
Luiz Henrique Michalick	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Maria Celeste Morais Guimarães	Diretora Jurídica

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	685.969	190.233	527.296
Títulos e Valores Mobiliários	6	79.642	78.626	5.000
Consumidores e Revendedores	7	1.216.412	1.357.518	1.602.291
Concessionários – Transporte de Energia	7	221.977	299.718	247.049
Tributos Compensáveis	8	287.284	121.387	118.960
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9a	156.443	118.782	81.597
Fundos Vinculados		1.772	132.256	3.279
Estoques		32.140	35.988	26.671
Contribuição de Iluminação Pública		70.475	68.898	62.889
Reembolso Subsídios Tarifários	11	136.026	-	-
Subvenção Baixa Renda		26.886	46.879	920
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	26	-	20.445	-
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	12	38.587	-	-
Outros		194.961	332.578	257.187
TOTAL DO CIRCULANTE		3.148.574	2.803.308	2.933.139
NÃO CIRCULANTE				
Títulos e Valores Mobiliários	6	8.008	22.235	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	897.686	910.524	499.092
Tributos Compensáveis	8	334.849	348.959	247.350
Depósitos Vinculados a Litígios	10	853.961	852.313	832.466
Consumidores e Revendedores	7	180.307	220.315	61.822
Concessionários - Transporte de Energia	7	8.288	10.440	11.931
Outros Créditos		81.563	74.994	70.171
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	13	5.063.802	4.757.735	3.118.126
Intangíveis	14	1.920.898	1.778.817	2.703.687
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.349.362	8.976.332	7.544.645
ATIVO TOTAL		12.497.936	11.779.640	10.477.784

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	17	585.601	2.954.010	603.235
Debêntures	17	545.767	931.647	22.765
Fornecedores	15	853.825	1.116.600	753.131
Impostos, Taxas e Contribuições	16	331.217	364.482	340.956
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		245.127	119.947	109.215
Salários e Encargos Sociais		129.469	160.708	168.454
Encargos Regulatórios	18	125.534	238.048	210.312
Participações nos Lucros		81.776	56.809	59.437
Obrigações Pós-Emprego	19	99.022	37.114	53.687
Contribuição de Iluminação Pública		127.576	111.489	114.586
Outras		175.091	158.694	168.983
TOTAL DO CIRCULANTE		3.300.005	6.249.548	2.604.761
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	17	1.335.223	723.973	2.032.642
Debêntures	17	2.781.328	-	852.580
Provisões	20	181.705	104.986	103.684
Obrigações Pós-Emprego	19	1.669.146	1.783.959	1.397.431
Impostos, Taxas e Contribuições	16	598.215	579.523	661.326
Encargos Regulatórios	18	109.944	122.021	187.753
Outras		29.512	21.851	19.639
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.705.073	3.336.313	5.255.055
TOTAL DO PASSIVO		10.005.078	9.585.861	7.859.816
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	21			
Capital Social		2.261.998	2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		427.805	201.151	394.465
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(196.945)	(269.370)	(38.495)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.492.858	2.193.779	2.617.968
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.497.936	11.779.640	10.477.784

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2013	2012 Reclassificado
RECEITA	22	9.205.932	9.503.792
CUSTOS OPERACIONAIS	23		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(4.089.448)	(4.179.651)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(410.290)	(794.333)
		<u>(4.499.738)</u>	<u>(4.973.984)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(694.365)	(674.266)
Materiais		(43.517)	(42.044)
Serviços de Terceiros		(550.305)	(580.759)
Amortização		(378.428)	(362.104)
Provisões Operacionais		(157.011)	(43.005)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(883.801)	(1.228.483)
Outras		(109.221)	(81.236)
		<u>(2.816.648)</u>	<u>(3.011.897)</u>
CUSTO TOTAL		(7.316.386)	(7.985.881)
LUCRO BRUTO		1.889.546	1.517.911
DESPESA OPERACIONAL	23		
Despesas com Vendas		(117.932)	(225.063)
Despesas Gerais e Administrativas		(517.983)	(374.680)
Outras Despesas Operacionais		(382.221)	(421.491)
		<u>(1.018.136)</u>	<u>(1.021.234)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		871.410	496.677
Receitas Financeiras	24	453.099	289.083
Despesas Financeiras	24	(646.877)	(573.955)
Resultado Antes dos Impostos		677.632	211.805
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9	(198.315)	(312.937)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9	10.937	292.497
RESULTADO DO PERÍODO		490.254	191.365
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária		0,2167	0,0846

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012 Reapresentado
RESULTADO DO PERÍODO	490.254	191.365
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	72.425	(230.875)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	562.679	(39.510)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e Juros sobre capital próprio por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 ANTERIORMENTE APRESENTADOS	2.261.998	394.465	-	-	2.656.463
Efeitos de adoção de nova prática contábil (Nota 2.2)	-	-	(38.495)	-	(38.495)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.261.998	394.465	(38.495)	-	2.617.968
Resultado do Exercício	-	-	-	191.365	191.365
Ganhos e perdas atuariais	-	-	(230.875)	-	(230.875)
Resultado abrangente do exercício	-	-	(230.875)	191.365	(39.510)
Transações com acionistas registradas diretamente no Patrimônio Líquido					
Dividendos declarados em 2011 e aprovados em AGO de 2012 (R\$0,1077 por ação)	-	(243.565)	-	-	(243.565)
Juros sobre o capital próprio (R\$0,0624 por ação)	-	-	-	(141.114)	(141.114)
Constituição de Reserva Legal	-	9.568	-	(9.568)	-
Retenção de Lucros	-	40.683	-	(40.683)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.261.998	201.151	(269.370)	-	2.193.779
Resultado do Exercício	-	-	-	490.254	490.254
Ganhos e perdas atuariais	-	-	72.425	-	72.425
Resultado abrangente do exercício	-	-	72.425	490.254	562.679
Juros sobre o capital próprio (R\$0,0544 por ação)	-	-	-	(123.157)	(123.157)
Dividendos Estatutários (R\$0,0621 por ação)	-	-	-	(140.443)	(140.443)
Constituição de Reserva Legal	-	24.513	-	(24.513)	-
Retenção de Lucros	-	202.141	-	(202.141)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.261.998	427.805	(196.945)	-	2.492.858

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	490.254	191.365
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	186.775	161.563
Amortização	416.096	392.634
Provisões para Perdas Operacionais	274.942	268.068
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	24.432	120.211
Juros e Variações Monetárias	525.905	417.571
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	(1.006)	(21.499)
Imposto de Renda e Contribuição Social	187.378	20.440
Outros	-	899
	<u>2.104.776</u>	<u>1.551.252</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	63.183	(138.783)
Concessionários – Transporte de Energia	79.893	(51.178)
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(38.587)	-
Tributos Compensáveis	(151.787)	(104.036)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(35.270)	(37.185)
Depósitos Vinculados a Litígios	(1.648)	(19.847)
Ganhos Líquidos Com Instrumentos Financeiros	21.451	-
Outros	17.286	(160.998)
	<u>(45.479)</u>	<u>(512.027)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(262.775)	363.469
Tributos e Contribuição Social	(14.573)	(18.918)
Salários e Encargos Sociais	(31.239)	(7.746)
Encargos Regulatórios	(124.591)	(37.996)
Obrigações Pós-Emprego	(129.946)	(141.418)
Provisão para Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(4.265)
Outros	(15.179)	(30.687)
	<u>(578.303)</u>	<u>122.439</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	1.480.994	1.161.664
Juros Pagos	(463.100)	(216.937)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(214.241)	(352.296)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>803.653</u>	<u>592.431</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	13.211	(95.861)
Em Fundos Vinculados	130.484	(128.977)
Em Intangível	(883.801)	(1.228.483)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(740.106)</u>	<u>(1.453.321)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.394.213	1.469.811
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.823.604)	(572.037)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(138.420)	(373.947)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>432.189</u>	<u>523.827</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	495.736	(337.063)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	190.233	527.296
No fim do exercício	685.969	190.233
	<u>495.736</u>	<u>(337.063)</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	2013		2012 Reclassificado	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	11.857.464		13.060.203	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	883.801		1.228.483	
Outras Receitas	30.147		3.401	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(117.931)		(225.063)	
	<u>12.653.481</u>		<u>14.067.024</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.479.458)		(4.523.182)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(457.285)		(876.435)	
Serviços de Terceiros	(1.137.758)		(1.195.305)	
Materiais	(479.572)		(647.229)	
Outros Custos Operacionais	(293.242)		(268.136)	
	<u>(6.847.315)</u>		<u>(7.510.287)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>5.806.166</u>		<u>6.556.737</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(416.096)		(392.634)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>5.390.070</u>		<u>6.164.103</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	453.099		289.083	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>5.843.169</u>		<u>6.453.186</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	1.089.744	18,65	1.045.048	16,20
Remuneração Direta	695.831	11,91	718.200	11,13
Benefícios	291.103	4,98	260.408	4,04
FGTS	43.376	0,74	42.673	0,66
Outros	59.434	1,02	23.767	0,37
Impostos, Taxas e Contribuições	3.511.891	60,10	4.554.833	70,58
Federais	1.237.317	21,18	1.982.437	30,72
Estaduais	2.272.423	38,89	2.570.273	39,83
Municipais	2.151	0,04	2.123	0,03
Remuneração de Capitais de Terceiros	751.280	12,86	661.940	10,25
Juros	683.856	11,70	586.767	9,09
Aluguéis	67.424	1,15	75.173	1,16
Remuneração de Capital Próprio	490.254	8,39	191.365	2,97
Juros sobre capital próprio	123.157	2,11	141.114	2,19
Dividendos	140.443	2,40	-	-
Lucros Retidos	226.654	3,88	50.251	0,78
	<u>5.843.169</u>	<u>100,00</u>	<u>6.453.186</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 7.781.467 consumidores em 31 de dezembro de 2013 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em 6 de março de 2013, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, sendo que foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2014.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 9 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos;
- Nota 13 – Ativos Financeiros da Concessão;
- Nota 14 – Intangíveis;
- Nota 19 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 20 – Provisões;
- Nota 22 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica;
- Nota 23 – Amortização e
- Nota 27 – Mensuração de Instrumentos Financeiros e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.5 Novos pronunciamentos contábeis adotados a partir de 2013

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas demonstrações financeiras, de maneira retrospectiva. Estão destacadas a seguir as principais alterações com efeito nestas demonstrações contábeis:

CPC.33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no Patrimônio Líquido de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

A seguir, apresentamos um resumo das demonstrações Contábeis que tiveram reclassificações e ajustes em função das novas práticas contábeis mencionadas acima:

BALANÇO PATRIMONIAL	01/01/2012		
	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Saldo Reapresentado
Total do Ativo Circulante	2.933.139	-	2.933.139
Ativo Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	479.261	19.831	499.092
Total do Ativo Não Circulante	7.524.814	19.831	7.544.645
Passivo Circulante	2.604.761	-	2.604.761
Passivo Não Circulante			
Benefícios Pós-Emprego	1.339.105	58.326	1.397.431
Total do Passivo Não Circulante	5.196.729	58.326	5.255.055
Patrimônio Líquido			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(38.495)	(38.495)
Total do Patrimônio Líquido	2.656.463	(38.495)	2.617.968

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2012		
	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Saldo Reapresentado
Total do Ativo Circulante	2.803.308	-	2.803.308
Ativo Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	771.758	138.766	910.524
Total do Ativo Não Circulante	8.837.566	138.766	8.976.332
Passivo Circulante	6.249.548	-	6.249.548
Passivo Não Circulante			
Benefícios Pós-Emprego	1.375.823	408.136	1.783.959
Total do Passivo Não Circulante	2.928.177	408.136	3.336.313
Patrimônio Líquido			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(269.370)	(269.370)
Total do Patrimonio Líquido	2.463.149	(269.370)	2.193.779

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2012			
	Nota	Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Reclassificado
RESULTADO DO PERÍODO		191.365	-	191.365
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos		-	(230.875)	(230.875)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		191.365	(230.875)	(39.510)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31/12/2012			
	Nota	Saldo Publicado	Reclassificações	Saldo Reapresentado
Receitas	a	14.063.623	3.401	14.067.024
Insumos adquiridos de terceiros	a-b	(7.505.038)	(5.249)	(7.510.287)
Valor adicionado a distribuir		6.455.034	(1.848)	6.453.186
Distribuição do Valor Adicionado				
Impostos, Taxas e Contribuições	b	4.556.681	(1.848)	4.554.833
Valor adicionado distribuído		6.455.034	(902)	6.453.186

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- Ganhos decorrentes da alienação de bens e direitos: reclassificados de Outros Custos Operacionais para Outras Receitas;
- Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição: segregação por natureza de custo;

2.6. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Contábeis.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os Empréstimos e Recebíveis e Depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que, seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros, é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e Depósitos Bancários, Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, mensuradas ao valor justo por meio do resultado; Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Depósitos Vinculados a Litígios, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos; Ativos Financeiros da Concessão abarcados pela Medida Provisória 579, mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas e canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Fornecedores e outras Contas a Pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social – Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo e estão descritos na Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Contábeis.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. A partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de distribuição que foram abarcados pela Medida Provisória nº 579, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Contábeis. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão não abarcados pela Medida Provisória nº 579, , depósitos vinculados a litígios e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestada. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e classificados como empréstimos e recebíveis.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge – A Companhia possuía instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira. Estes instrumentos, integralmente resgatados em 2013, eram reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos foram mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

O método de contabilização dos ganhos e perdas dos derivativos é condicionado à possível classificação do derivativo como instrumento de “*hedge* de fluxo de caixa”. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como “*hedge* de fluxo de caixa” é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio são realizados na Demonstração do Resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado. Para os derivativos que não são classificados como “*hedge* de fluxo de caixa”, as variações de valor justo são reconhecidas como ganhos ou perdas no resultado financeiro.

b) Moeda Estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

c) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante não sendo depreciados ou amortizados e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado ou Intangível.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na Demonstração de Resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

f) Ativos Vinculados à Concessão

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

g) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

h) Redução ao Valor Recuperável

Ativos financeiros – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. O ativo Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

i) Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida – Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Planos de benefício definido – Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para

quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante de alteração ou redução (encurtamento) do plano. A entidade deve reconhecer o custo do serviço passado como despesa na data em que ocorrer primeiro uma das seguintes opções: (a) quando ocorrer a alteração do plano; e (b) quando a entidade reconhecer os custos de reestruturação correspondentes ou os benefícios rescisórios.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano e ajustada pelos ganhos e perdas atuariais não reconhecidos. Nos exercícios apresentados, exceto para o exercício de 2012, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do passivo líquido. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde efetivamente aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados – A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício – Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros Resultados Abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das Demonstrações Contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

l) Receita Operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. A receita de uso da rede de distribuição não faturada, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior e contabilizada no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

m) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

n) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

o) Demonstrações de Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

p) Adoção de novos pronunciamentos contábeis

Pronunciamentos adotados em 2013

A adoção das novas normas a partir de 1º de janeiro de 2013, conforme previsto no Pronunciamento CPC 23 (IAS 8) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, impactaram os saldos de 1º de janeiro de 2012, bem como os resultados e as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado a partir de 1º de janeiro de 2012, que foram devidamente ajustados para fins de comparação nessas demonstrações financeiras.

O principal pronunciamento adotado em 2013 com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia foi o IAS 19, conforme segue:

IAS 19 (revisada em 2011) - CPC 33(R1) - Até o exercício de 2012, os custos dos serviços passados que excediam a 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano eram reconhecidos no resultado pelo tempo médio de serviço futuro dos participantes ativos. Em função da alteração no CPC. 33 esses custos passaram a ser reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente. O efeito decorrente da adoção das novas práticas contábeis de registro das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego, efetuado de forma retrospectiva, representou uma redução no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$269.370 (R\$38.495 em 1º de janeiro de 2012). O impacto no resultado de 2013 em decorrência da revisão do Pronunciamento representou uma redução de R\$11.761 na despesa com benefícios pós-emprego em comparação com a despesa que seria registrada em conformidade à antiga prática contábil.

q) Novos Pronunciamentos Contábeis ainda não Adotados

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas, sendo que apresentará em mais detalhes aquelas que julga serem aplicáveis às suas operações:

- Alterações à IFRS 7 e IAS 32 (CPC 39) – Compensação de ativos e passivos financeiros e divulgações relacionadas (1)
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (2)
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (2)
- IFRIC 21 – Impostos (3)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014.

Alterações à IFRS 7 e IAS 32 (CPC 39) – Compensação de ativos e passivos financeiros e divulgações relacionadas

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”.

As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação ou contratos similares.

As alterações à IFRS 7 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e períodos intermediários a esses períodos anuais. As divulgações devem ser realizadas retrospectivamente para todos os períodos comparados. No entanto, as alterações à IAS 32 não são aplicáveis para períodos anuais iniciados antes de 1º de janeiro de 2014, com adoção retroativa exigida.

A Administração acredita que a adoção dessas alterações à IAS 32 e IFRS 7 poderá resultar em divulgações adicionais com relação à compensação de ativos e passivos financeiros no futuro.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 38, 39 e 40)

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração* (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 a ser adotada nas demonstrações contábeis terá um efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos seus ativos e passivos financeiros (por exemplo, os ativos financeiros da concessão atualmente classificados como investimentos disponíveis para venda serão mensurados ao valor justo no final dos períodos de reporte subsequentes, sendo as alterações no valor justo reconhecidas em lucro ou prejuízo). No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada.

IFRIC 21 – Impostos

Fornece orientações sobre quando se deve reconhecer um passivo de uma imposto definido pelo governo.

A Companhia está analisando os impactos dessas alterações, não sendo identificado nenhum impacto relevante sobre as demonstrações financeiras.

r) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa e também sobre o saldo de debêntures emitidas pela Companhia. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo na data das operações, o que representa, em nossa estimativa, um percentual de 12,50%, incluindo a inflação prevista.

3. DAS CONCESSÕES E OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA NA LEI Nº 12.783 SANCIONADA EM 11 DE JANEIRO DE 2013)

A Companhia detém junto à ANEEL, as seguintes concessões:

Estado de Minas Gerais	Data da Concessão	Data de Vencimento
Norte	04/1997	02/2016
Sul	04/1997	02/2016
Leste	04/1997	02/2016
Oeste	04/1997	02/2016

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo exigido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (1) o reajuste anual; (2) a revisão periódica; e (3) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Apesar dos contratos de concessão estabelecerem que a Companhia deva manter o equilíbrio econômico-financeiro, não se pode garantir que a ANEEL estabelecerá tarifas que compensarão adequadamente a Companhia e que as receitas e os resultados operacionais não serão prejudicados por tais tarifas. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário anual, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos

iniciais, e em intervalos regulares já mencionados anteriormente, a ANEEL revê os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar) aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Renovação das Concessões

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (“MP”), posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

A MP 579/2012, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pela Lei 9.074/95, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

A prorrogação prevista depende ainda da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade constantes da MP, estando ainda prevista a indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição (VNR).

Em observância ao previsto na MP, a Cemig, em 15 de outubro de 2012, encaminhou para a ANEEL a manifestação de interesse da Companhia na prorrogação de seus Contratos de Concessão de distribuição de energia elétrica que no entender da Companhia estavam dentro dos critérios da MP, sem prejuízo de eventuais direitos previstos na lei de conversão.

Conforme mencionado, foram requeridas as renovações dos contratos de concessão relacionados aos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, regulado através dos Contratos de Concessão de Distribuição CEMIG Norte nº 002/97, CEMIG Sul nº 003/97, CEMIG Leste nº 004/97 e CEMIG Oeste nº 005/97, todos datados de 10 de julho de 1997 em conformidade com a Portaria DNAEE nº 130, de 17 de abril de 1997, publicada no DOU de 22 de abril de 1997 e prorrogadas pela Portaria nº 125, de 17 de abril de 1997, do Ministro de Estado das Minas e Energia, publicada no DOU de 22 de abril de 1997.

O prazo de vencimento das concessões de distribuição da Companhia, que serão objeto de renovação por mais 30 anos, é fevereiro de 2016.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012	01/01/2012 Reclassificado
Contas Bancárias	56.289	61.843	43.411
Aplicações Financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários	609.436	116.550	467.416
Letras Financeiras – Bancos	-	-	10.419
Overnight	20.244	-	-
Outras	-	11.840	6.050
	629.680	128.390	483.885
	685.969	190.233	527.296

As Aplicações Financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 107% conforme operação. As operações compromissadas afirmam em suas respectivas notas de negociação o compromisso de recompra do título pelo Banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

Como forma de gestão eficiente do fluxo de caixa das empresas investidoras dos Fundos da Companhia é utilizada a prerrogativa de parte do patrimônio desses Fundos ficar alocada em operações de overnight que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Contábeis.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado, na contratação.

	2013	2012	01/01/2012
Certificados de depósitos bancários	13.579	12.146	5.000
Letras Financeiras – Bancos	52.733	70.796	-
Letras Financeiras do Tesouro	3.358	-	-
Debêntures	15.142	14.316	-
Outros	2.838	3.603	-
	87.650	100.861	5.000
Ativo Circulante	79.642	78.626	5.000
Ativo Não Circulante	8.008	22.235	-

7. CONSUMIDORES, REVENDADORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				2013	2012	01/01/2012
Residencial	467.943	197.679	156.724	822.346	851.641	797.392
Industrial	215.262	30.332	136.385	381.979	400.767	430.220
Comércio, Serviços e Outras	270.041	51.515	85.545	407.101	407.390	372.079
Rural	73.184	21.798	25.469	120.451	123.751	114.130
Poder Público	66.749	10.676	12.913	90.338	93.601	97.396
Iluminação Pública	25.865	1.819	15.982	43.666	53.419	79.498
Serviço Público	43.741	4.298	20.741	68.780	69.700	84.061
Subtotal – Consumidores	1.162.785	318.117	453.759	1.934.661	2.000.269	1.974.776
Suprimento a Outras	0	0	18	18	17	880
Concessionárias						
Concessionários – Transporte de Energia	73.286	4.957	152.022	230.265	310.158	258.980
Suprimento – Energia de Curto Prazo	100	17	862	979	49.257	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	0	(538.939)	(538.939)	(471.710)	(311.543)
	1.236.171	323.091	67.722	1.626.984	1.887.991	1.923.093
Ativo Circulante				1.438.389	1.657.236	1.849.340
Ativo Não Circulante				188.595	230.755	73.753

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2013	2012	01/01/2012
Residencial	148.819	131.175	116.995
Industrial	265.363	220.745	74.715
Comércio, Serviços e Outras	77.937	79.612	75.390
Rural	16.488	15.876	16.168
Poder Público	10.070	3.608	4.346
Iluminação Pública	10.139	11.261	11.808
Serviço Público	10.123	9.433	12.121
	538.939	471.710	311.543

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	01/01/2012	Constituições	Baixas	2012	Constituições	Baixas	2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	311.543	225.063	(64.896)	471.710	117.932	(50.703)	538.939

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	2013	2012	01/01/2012
Circulante			
ICMS a Recuperar	82.076	85.183	73.487
COFINS	175.778	27.313	35.534
PIS-PASEP	27.300	6.705	8.490
Outros	2.130	2.186	1.449
	287.284	121.387	118.960
Não Circulante			
ICMS a Recuperar	214.084	191.789	173.859
COFINS	99.266	129.771	61.018
PIS-PASEP	21.499	27.399	12.473
	334.849	348.959	247.350
	622.133	470.346	366.310

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a recuperar, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para curto prazo foi feita de acordo com a previsão de realização até dezembro de 2014.

A CEMIG discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente o período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada a transferência do crédito para a Cemig D no percentual de 51,93% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União. O ganho de R\$162.593 foi registrado no resultado da Cemig D no mês de dezembro de 2013.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ e a pagamentos indevidos e/ou a maior dos anos anteriores e das antecipações em 2013 superiores aos valores devidos deste ano-calendário que serão compensados com Tributos Federais a pagar apurados em anos posteriores.

	2013	2012	01/01/2012
Circulante			
Imposto de Renda	111.920	83.389	62.109
Contribuição Social	44.523	35.393	19.488
	156.443	118.782	81.597

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Ativos Fiscais Diferidos			
Obrigações Pós-Emprego	402.616	418.847	285.335
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (1)	105.561	168.344	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	191.100	168.242	113.785
Tributos com Exigibilidade Suspensa (2)	153.155	153.155	153.155
Provisões	61.780	35.695	35.253
Taxa de Administração	8.586	8.944	8.944
Outros	20.664	7.927	27.675
	943.462	961.154	624.147
Passivos Fiscais Diferidos			
Instrumentos Financeiros e Variação Cambial	-	(20.485)	(17.426)
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (1)	-	-	(82.078)
Atualização do Ativo Financeiro	(1.658)	-	-
Encargos Capitalizados	(40.906)	(27.261)	(21.248)
Custo de Captação	(3.212)	(2.884)	(4.303)
	(45.776)	(50.630)	(125.055)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	897.686	910.524	499.092

- (1) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS;
(2) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	499.092
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	292.497
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	118.935
Realizações efetuadas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	910.524
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	10.937
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	(37.309)
Realizações efetuadas	13.534
Saldo em 31 de dezembro de 2013	897.686

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 13 de março de 2014, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2013, conforme abaixo:

	2013
2014	220.370
2015	242.402
2016	91.696
2017	91.696
2018 a 2019	132.816
2020 a 2021	82.240
2022 e 2023	82.242
	943.462

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	2013	2012 Reclassificado
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	677.632	211.805
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(230.395)	(72.014)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Juros sobre capital próprio	41.873	47.979
Incentivos Fiscais	11.220	15.111
Contribuições e Doações Indedutíveis	(3.221)	(3.912)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	2.388	(322)
Baixa de parcela da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (1)	-	(2.881)
Multas Indedutíveis	(7.334)	(10.544)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda (2)	(9.813)	-
Outros	7.904	6.143
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(187.378)	(20.440)
Alíquota Efetiva	27,65%	9,65%
Corrente	(198.315)	(312.937)
Diferido	10.937	292.497

(1) Perda relativa ao ICMS sobre Encargos de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD;

(2) A ANEEL através do Despacho nº 155, de 23 janeiro de 2013, definiu que os valores Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda deveriam ser reclassificados do grupo de receitas para obrigações especiais líquidos do ICMS/PIS/PASEP/COFINS/IRPJ/CSLL.

Medida Provisória nº 627/13

Após a publicação da Lei nº 11.638/07, que alterou a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), convergindo as normas contábeis brasileiras com as IFRS, foi editada a Lei 11.941/09 que instituiu o Regime Tributário de Transição – RTT, de forma opcional para os anos-calendário de 2008 e 2009, e, obrigatória, a partir do ano-calendário de 2010.

O RTT foi instituído com a finalidade de promover a neutralidade tributária das alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, as quais modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, definindo como base de cálculo do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/PASEP, e da COFINS, os métodos e critérios estabelecidos na Lei nº 6.404/76, com vigência em dezembro de 2007,

até que autoridades fiscais brasileiras pudessem entender todas as mudanças contábeis ocorridas, e seus respectivos impactos fiscais.

Em 12 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627, que tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o RTT no ano calendário 2015 e estabelecer uma nova forma de apuração do IRPJ e da CSLL, a partir de ajustes que devem ser realizados em livro fiscal. Ainda, dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, tributação do acréscimo patrimonial decorrente de lucros auferidos por intermédio de empresa controlada no exterior, dentre outras providências.

Nesse contexto, a Companhia considera como principais pontos de atenção da MP, no que se refere aos seus procedimentos:

- Retroatividade no cálculo dos impostos em função de eventual distribuição a maior de lucros apurados no período de 2008 a 2014 em conformidade ao IFRS na comparação com os novos critérios fiscais, seja através de dividendos ou Juros sobre Capital Próprio (ressalta-se que é garantida a irretroatividade em caso de adoção antecipada dos efeitos da MP em 2014);
- Conceito de Receita Bruta para PIS e COFINS – Alargamento do conceito, considerando além da receita de bens e serviços toda e qualquer receita decorrente da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica.

Cabe registrar que a MP foi objeto de 513 propostas de emenda, o que pode promover alterações profundas no texto original até a futura conversão em lei.

Portanto, os pontos acima relacionados e as outras alterações na legislação tributária federal estão sendo objeto de estudo específico pela Companhia.

Adicionalmente, a conclusão sobre a opção pela adoção antecipada das novas regras em 2014, também, dependerá de análise última sobre o texto definitivo da nova Lei e do aguardo da regulamentação pela Receita Federal do Brasil quanto à sua formalização. Não obstante, a Administração, com base nesta faculdade prevista na MP, não prevê, neste momento, efeitos retroativos significativos nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	2013	2012	01/01/2012
Trabalhista	209.667	166.546	135.126
Obrigações Fiscais			
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622	612.622
Outros	5.204	3.261	1.391
	623.526	621.583	619.713
Outros			
Regulatório	8.781	9.037	12.782
Cível	2.366	1.342	21.420
Relações de Consumo	2.525	1.759	1.206
Bloqueio Judicial	5.805	51.888	42.199
Outros	1.291	158	20
	20.768	64.184	77.627
	853.961	852.313	832.466

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Contábeis.

11. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para compensação da perda de receita, nos termos do Decreto nº 7.891/13, foram registrados pela Cemig D a partir de 2013. Em 2013, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$487.798, dos quais a Companhia tem a receber R\$136.026.

12. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas.

Estes repasses foram reconhecidos na demonstração de resultados como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada no mercado de curto prazo, no montante de R\$518.978. Do saldo dos repasses de recursos apresentado no balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$38.587, referente ao período de novembro a

dezembro de 2013, R\$30.987 foram recebidos em fevereiro de 2014, sendo o restante previsto para ser recebido em março de 2014.

13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (f), a parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

Saldo em 01 de Janeiro de 2012	3.118.126
Adição	1.710.398
Baixas	(70.789)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.757.735
Adição	318.940
Baixas	(17.748)
Amortização Financeira Líquida	4.875
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.063.802

O Processo de Revisão Tarifária da controlada Cemig D ocorre a cada 5 anos, através de um processo de avaliação econômica, no qual são definidas as tarifas das concessões de distribuição da companhia no Estado de Minas Gerais. Dentro do processo de revisão tarifária é definida a Base Regulatória de Remuneração (“BRR”) relacionada aos ativos vinculados às concessões.

Em 11 de março de 2013, a Superintendência de Fiscalização Econômico Financeira (SFF) da ANEEL, através do Despacho nº 689, divulgou a BRR preliminar da Cemig D, no montante de R\$5.111.837. Logo após a divulgação da BRR preliminar, a Administração iniciou discussões com a ANEEL com o intuito de demonstrar tecnicamente a esta Agência a necessidade de que referido montante fosse revisado.

Em 5 de abril de 2013, em reunião da Diretoria da ANEEL, foi homologada a BRR revisada da Cemig D, no montante de R\$5.511.768.

A companhia interpôs novo recurso à ANEEL questionando certos critérios e valores da BRR que foram definidos em 5 de abril de 2013, uma vez que os montantes considerados na BRR revisada divulgada, relacionados principalmente aos gastos efetuados pela companhia com o

Programa Luz para Todos (“Programa Luz para Todos” ou “PLPT”) ainda são substancialmente inferiores aos efetivamente incorridos na execução deste programa.

Em reunião da Diretoria da Aneel ocorrida em 17 de dezembro de 2013, o Diretor Relator do recurso administrativo da Cemig D referente à Base de Remuneração para fins do 3º ciclo de revisão tarifária decidiu dar provimento parcial ao pedido de reconsideração interposto pela Companhia.

Tendo em vista a decisão provisória do Relator mencionada em parágrafo anterior, a Administração revisou a expectativa dos impactos dessa decisão na BRR e na composição dos ativos financeiros e intangíveis de suas concessões e concluiu, com base em suas melhores estimativas, pelo registro de uma receita financeira líquida de atualização do ativo financeiro, em 2013, no valor de R\$4.875.

14. INTANGÍVEL

a) Composição de saldo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	2013			2012			01/01/2012
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Ativos da Concessão Líquidos	6.608.618	(5.754.072)	854.546	6.501.119	(5.392.078)	1.109.041	1.502.343
Intangível em Curso	1.066.352	-	1.066.352	669.776	-	669.776	1.201.344
Total Intangível	7.674.970	(5.754.072)	1.920.898	7.170.895	(5.392.078)	1.778.817	2.703.687

b) Mutação do Ativo Intangível em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Saldo em 01 de Janeiro de 2012	2.703.687
Adições	1.228.483
Transferências	(1.710.398)
Baixas	(49.422)
Amortização	(393.533)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.778.817
Adições	883.801
Transferências	(318.940)
Baixas	(5.846)
Amortização	(416.934)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.920.898

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ativos da Concessão de Distribuição

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

Revisão de Vida Útil

A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu as taxas anuais de depreciação para os ativos “em serviço” outorgados no setor elétrico, com base na revisão da vida útil dos ativos. A aplicação das novas taxas ocorreu em 1º de janeiro de 2012.

Os ativos intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL.

A taxa de amortização média anual da Companhia, na atividade Distribuição, é de 3,59%. As principais taxas anuais de amortização, de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave Sistema	6,67	Software	20,00
Condutor do Sistema	3,57	Veículos	14,29
Estrutura do Sistema	3,57	Equipamento Geral	6,25
Transformador	3,57	Edificação	3,33
Disjuntor	3,03		
Banco de Capacitores	6,67		
Regulador de Tensão	4,35		

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2013	2012
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	392.058	354.789
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(40.136)	(17.684)
Efeito Líquido no Resultado	351.922	337.105

A Companhia possui registrado em seu Ativo Intangível, em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil bruto de R\$1.974.703 referentes aos ativos totalmente amortizados ainda em operação. Deve ser ressaltado que esses ativos não são considerados para definição das tarifas da Companhia.

15. FORNECEDORES

	2013	2012	01/01/2012
Circulante			
Energia de curto prazo - CCEE	73.724	48.714	38.366
Encargos de uso da rede elétrica	45.984	92.051	81.894
Energia elétrica comprada para revenda	348.782	534.249	245.571
Itaipu binacional	179.924	180.180	162.071
Materiais e serviços	205.411	261.406	225.229
	853.825	1.116.600	753.131

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Impostos, Taxas e Contribuições

	2013	2012	01/01/2012
Circulante			
ICMS	255.844	276.725	259.613
COFINS	35.018	45.327	37.668
PIS-PASEP	7.603	9.840	8.178
INSS	15.286	15.150	16.392
Outros	17.466	17.440	19.105
	331.217	364.482	340.956
Não Circulante			
COFINS	491.506	476.148	543.360
PIS-PASEP	106.709	103.375	117.966
	598.215	579.523	661.326
	929.432	944.005	1.002.282

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	2013						2012	01/01/2012
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6	USD	-	-	-	25.603	46.989
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	3.583	28.762	32.345	26.832	34.826
KFW	2016	4,5	EUR	2.128	4.256	6.384	7.111	8.027
Dívida em Moeda Estrangeira				5.711	33.018	38.729	59.546	89.842
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	5.213	10.628
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	-	-	-	101.213	104.050
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	101.744	-	101.744	202.541	306.220
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83*	R\$	-	-	-	793.153	706.796
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	-	-	-	-	99.114
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI*	R\$	384.045	-	384.045	475.889	436.637
Banco do Brasil S.A.	2015	99,5% do CDI	R\$	(2.115)	214.584	212.469	-	-
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25 do CDI	R\$	-	634.428	634.428	-	-
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33 % do CDI	R\$	10.428	198.183	208.611	206.186	-
Banco do Brasil S.A.	2013	104,08 do CDI	R\$	-	-	-	664.075	-
Banco do Brasil S.A.	2012	106% do CDI*	R\$	-	-	-	-	99.779
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	37.795	74.729
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	25.459	51.810
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	62.893	128.256
Bradesco S.A.	2013	103,00 do CDI	R\$	-	-	-	600.813	-
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6.00 a 8,00	R\$	81.969	252.121	334.090	390.115	428.238
Grandes Consumidores (4)	2018	Diversas	R\$	3.819	2.889	6.708	6.867	6.366
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	12.535	25.112
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	33.690	68.300
Dívida em Moeda Nacional				579.890	1.302.205	1.882.095	3.618.437	2.546.035
Total de Empréstimos e Financiamentos				585.601	1.335.223	1.920.824	3.677.983	2.635.877
Debêntures (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	31.988	410.284	442.272	-	-
Debêntures (3)	2021	IPCA + 4,7	R\$	53.395	1.134.893	1.188.288	-	-
Debêntures (3)	2025	IPCA + 5,1	R\$	34.509	676.871	711.380	-	-
Debêntures (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.703	559.280	560.983	530.287	502.648
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	424.172	-	424.172	401.360	372.697
Total de Debêntures				545.767	2.781.328	3.327.095	931.647	875.345
Total Geral Consolidado				1.131.368	4.116.551	5.247.919	4.609.630	3.511.222

- (1) As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88% ao ano.
(2) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.
(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
(4) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das seguintes empresas: CMM : IGPDI+ 6%; Mineradora Serra da Fortaleza: IGPDI+ 6%; MANNESMANN : TR+9%

*O circulante compõe-se de Juros provisionados no período e Custo de captação a serem apropriados no resultado em 12 meses.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	3.583	-	-	-	-	-	-	28.762	32.345
Euro	2.128	2.128	2.128	-	-	-	-	-	6.384
Total por Moedas	5.711	2.128	2.128	-	-	-	-	28.762	38.729
Indexadores									
IPCA (1)	89.606	186.033	186.032	186.033	-	374.297	374.691	1.063.960	2.460.652
IGP-M (2)	424.172	-	-	-	-	-	-	-	424.172
UFIR/RGR (3)	81.963	67.276	49.943	40.202	35.362	23.562	20.465	15.316	334.089
CDI (4)	526.089	280.329	700.167	66.189	410.796	-	-	-	1.983.570
TR (5)	1.580	-	-	383	96	-	-	-	2.059
IGP-DI (6)	2.246	565	686	686	465	-	-	-	4.648
Total por Indexadores	1.125.656	534.203	936.828	293.493	446.719	397.859	395.156	1.079.276	5.209.190
Total Geral	1.131.367	536.331	938.956	293.493	446.719	397.859	395.156	1.108.038	5.247.919

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M);
 (3) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (4) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (5) Taxa Referencial (TR);
 (6) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição Acumulada em 2013 %	Varição Acumulada em 2012 %	Varição Acumulada em 2011 %	Indexador	Varição Acumulada em 2013 %	Varição Acumulada em 2012 %	Varição Acumulada em 2011 %
Dólar Norte-Americano	14,64	8,94	12,58	IPCA	5,91	5,84	6,50
Euro	19,70	10,73	9,25	CDI	8,05	8,37	11,64
				IGP-M	5,51	7,82	5,10

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos e Debentures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.511.222
Financiamentos Obtidos	1.473.563
Custos de Captação	(3.753)
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação	1.469.810
Varição Monetária e Cambial	59.029
Encargos Financeiros Provisionados	358.543
Encargos Financeiros Pagos	(216.937)
Amortização de Financiamentos	(572.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.609.630
Financiamentos Obtidos	2.402.780
Custos de Captação	(8.567)
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação	2.394.213
Varição Monetária e Cambial	130.159
Encargos Financeiros Provisionados	400.621
Encargos Financeiros Pagos	(463.100)
Amortização de Financiamentos	(1.823.604)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.247.919

As captações de recursos durante o exercício de 2013 estão demonstradas a seguir:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Eletrobrás	2015	UFIR – 5%	5.232
Eletrobrás	2015	UFIR – 5%	18.774
Banco do Brasil	2015	99,5% do CDI	195.848
Debêntures - 1ª Emissão	2018	CDI + 0,69%	412.163
Debêntures - 2ª Emissão	2021	IPCA + 4,7%	1.103.334
Debêntures - 3ª Emissão	2025	IPCA + 5,1%	658.862
Total de Captações			2.394.213

Em março de 2013, a Companhia concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.179 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série, 1.095.508 debêntures da segunda série e 653.675 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2013, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Valores em Reais
Nota Promissória e Aval	3.459.905
Recebíveis	1.220.323
Sem Garantia	567.691
TOTAL	5.247.919

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

As Debêntures de emissão da Cemig Distribuição, em 31 de dezembro de 2013, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos Anuais(%)	COVENANTS FINANCEIROS	Saldo em 2013	Saldo em 2012	Saldo em 01/01/2012
CEMIG D (1)(2) 1ª Série	Simplex não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,69	Não há	442.272	-	-
CEMIG D (1)(2) 2ª Série	Simplex não Conversíveis	Fiança	IPCA + 4,7	Não há	1.188.288	-	-
CEMIG D (1)(2) 3ª Série	Simplex não Conversíveis	Fiança	IPCA + 5,1	Não há	711.380	-	-
CEMIG D (1)(2)	Simplex não Conversíveis	Não há	IPCA+7,96	Não há	560.983	530.287	502.648
CEMIG D (1)(2)	Simplex não Conversíveis	Quirografária	IGP-M + 10,50	Não há	424.172	401.360	372.697
TOTAL					3.327.095	931.647	875.345

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria.

(2) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Cemig Distribuição ou da Cemig Holding, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 - Cross-default.

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia não possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”). Todos os contratos de dívida com cláusulas restritivas foram liquidados no exercício de 2013.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2013	2012 Reclassificado	01/01/2012 Reclassificado
Eficiência Energética	123.420	134.498	131.015
Pesquisa e Desenvolvimento	37.815	65.194	92.225
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	10.126	37.570	32.674
Reserva Global de Reversão – RGR	30.259	37.200	34.870
Encargos de Capacidade Emergencial	31.018	31.035	31.092
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	25.645	50.887
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	-	21.236	18.790
Adicional 0,30% da Lei 12.111/09	-	4.678	3.499
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.633	1.806	1.806
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207	1.207
	235.478	360.069	398.065
Passivo Circulante	125.534	238.048	210.312
Passivo Não Circulante	109.944	122.021	187.753

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – (“Forluz”), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida e Pensão de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2013.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de Pensão no montante de R\$585.207 em 31 de dezembro de 2013 (R\$590.373 em 31 de dezembro de 2012). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da Forluz, os valores passaram a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no Balanço Patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que o laudo atuarial apresenta um ativo líquido com fundo de pensão. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, contra patrimônio líquido na data de transição para os IFRS, estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor Presente das Obrigações	4.720.113	737.236	20.848	424.877	5.903.074
Valor Justo dos Ativos do Plano	(4.961.664)	-	-	-	(4.961.664)
Passivo Líquido (Ativo Líquido)	(241.551)	737.236	20.848	424.877	941.410
Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	241.551	-	-	-	241.551
Complemento Referente à Dívida com a Forluz	585.207	-	-	-	585.207
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	585.207	737.236	20.848	424.877	1.768.168

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre o ativo líquido com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

A partir do exercício de 2013, em função da adoção das alterações no CPC 33 R1 (Benefícios a empregados), a diferença entre o passivo líquido registrado no Balanço Patrimonial e o Passivo Líquido apurado no laudo atuarial será integralmente reconhecida em contrapartida ao Patrimônio Líquido da Companhia.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2012	6.177.203	586.388	15.983	514.184	7.293.758
Custo do Serviço Corrente	6.640	12.633	345	5.306	24.924
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	541.744	51.649	1.403	47.504	642.300
Contribuição dos Empregados	36	-	-	-	36
Perdas (Ganhos) Atuariais	(1.607.888)	133.539	4.503	(133.631)	(1.603.477)
Benefícios Pagos	(397.622)	(46.973)	(1.386)	(8.486)	(454.467)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2013	4.720.113	737.236	20.848	424.877	5.903.074

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2012	5.472.685
Retorno real dos investimentos	(186.536)
Contribuições do Empregador	73.101
Contribuição dos Empregados	36
Benefícios pagos	(397.622)
Valor Justo dos Ativos do Plano em 31 de dezembro de 2013	4.961.664

Os valores reconhecidos na Demonstração de Resultado de 2013 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	6.640	12.633	345	5.306	24.924
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	541.744	51.649	1.403	47.504	642.300
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(482.393)	-	-	-	(482.393)
Despesa Conforme Laudo Atuarial	65.991	64.282	1.748	52.810	184.831
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	1.944	-	-	-	1.944
Despesa Total em 2013	67.935	64.282	1.748	52.810	186.775

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011 Reapresentado	671.428	413.441	22.364	343.885	1.451.118
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	67.675	51.671	1.011	41.206	161.563
Contribuições Pagas	(90.404)	(42.420)	(621)	(7.973)	(141.418)
Perdas (Ganhos) atuariais	55.819	163.696	(6.771)	137.066	349.810
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado	704.518	586.388	15.983	514.184	1.821.073
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	67.935	64.282	1.748	52.810	186.775
Contribuições Pagas	(73.101)	(46.973)	(1.386)	(8.486)	(129.946)
Perdas (Ganhos) atuariais	(114.145)	133.539	4.503	(133.631)	(109.734)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	585.207	737.236	20.848	424.877	1.768.168
Passivo Circulante 31 de dezembro de 2012					37.114
Passivo Não Circulante 31 de dezembro de 2012					1.783.959
Passivo Circulante 31 de dezembro de 2013					99.022
Passivo Não Circulante 31 de dezembro de 2013					1.669.146

As despesas com Fundo de Pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como outras despesas operacionais.

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2014 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.855	4.643	133	2.248	10.879
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	558.123	91.104	2.576	51.988	703.791
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(592.601)	-	-	-	(592.601)
Despesa / (Receita) Total em 2014 conforme laudo atuarial	(30.623)	95.747	2.709	54.236	122.069
Complemento Referente à Dívida com a Forluz	98.844	-	-	-	98.844
Despesa (Receita) Total em 2014	68.221	95.747	2.709	54.236	220.913

Apesar do laudo atuarial considerar uma receita em 2014 referente ao fundo de pensão, a companhia efetuará o registro da despesa financeira referente à dívida pactuada com a fundação, conforme mencionado anteriormente nesta nota. A expectativa para a despesa financeira referente à dívida em 2014 é de R\$ 68.221.

A expectativa de pagamento de benefícios e contribuições para o exercício de 2014 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de Pagamento de Benefícios	419.492	49.557	1.462	8.611	479.122

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2014 no montante de R\$ 77.122 e R\$ 56.071 para o Plano de Contribuição Definida.

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2013	2012
Ações de empresas brasileiras	9,83%	0,08%
Títulos de Renda Fixa	63,51%	85,63%
Imóveis	4,99%	3,77%
Outros	21,67%	10,52%
Total	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da CEMIG e Cemig Distribuição:

	2013	2012
Debêntures não Conversíveis Emitidas pela Patrocinadora	115.703	346.209
Ações Emitidas pela Patrocinadora	6.016	7.644
Imóveis da Fundação Ocupados pelas Patrocinadoras	116.100	150.198
	237.819	504.051

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2013	2012
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	12,36%	9,05% a 10,07%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	12,36%	9,05%
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,50%	5,20%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	7,61%	7,31%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Álvaro vindas	Light média
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	IAPB-57

20. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	01/01/2012	2012	Adições	Reversões	Liquidações	2013
Trabalhistas	18.469	21.405	139.255	-	(61.459)	99.201
Cíveis						-
Relações de Consumo	46.711	42.190	8.700	(19.801)	(8.461)	22.628
Outras Ações Cíveis	10.748	19.632	6.046	(3.360)	(6.046)	16.272
	57.459	61.822	14.746	(23.161)	(14.507)	38.900
Tributárias	3.109	2.378	5.032	(601)	(1.318)	5.491
Ambientais	276	274	5	(237)	-	42
Regulatórias	20.238	12.505	22.016	(2.263)	(2.426)	29.832
Outras	4.133	6.602	2.219	-	(582)	8.239
Total	103.684	104.986	183.273	(26.262)	(80.292)	181.705

	01/01/2012	Adições	Reversões	Liquidações	2012
Trabalhistas	18.469	11.253	(600)	(7.717)	21.405
Cíveis					
Relações de Consumo	46.711	6.515	(7.067)	(3.969)	42.190
Outras Ações Cíveis	10.748	41.102	(10.748)	(21.470)	19.632
	57.459	47.617	(17.815)	(25.439)	61.822
Tributárias	3.109	-	(731)	-	2.378
Ambientais	276	36	(38)	-	274
Regulatórias	20.238	10.315	(9.757)	(8.291)	12.505
Outras	4.133	2.725	-	(256)	6.602
Total	103.684	71.946	(28.941)	(41.703)	104.986

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Demonstrações Contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$375.612 (R\$149.046 em 2012), dos quais R\$99.201 (R\$21.405 em 2012) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$48.850 (R\$68.659 em 2012), dos quais R\$22.628 (R\$42.190 em 2012) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$112.568 (R\$57.030 em 2012), dos quais R\$16.272 (R\$19.632 em 2012) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$12.373 (R\$7.093 em 2012), dos quais R\$5.491 (R\$2.378 em 2012) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$99.246 (R\$47.093 em 2012), dos quais R\$29.832 (R\$12.505 em 2012) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$52.241 (R\$27.786 em 2012), dos quais R\$8.239 (R\$6.602 em 2012) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$87.268, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$156.745 (R\$146.395 em 2012).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$556.525 (R\$527.932 em 2012), e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$140.838 (R\$192.856 em 2012) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados. Fundamentados na jurisprudência favorável sobre o tema, os assessores jurídicos da Companhia reavaliaram a probabilidade de perda de diversas ações para remota.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo acrescido de eventual multa, sendo as principais: (i) o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; (ii) a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais ajuizou diversos processos administrativos e judiciais cobrando o ICMS sobre a transferência de excedente de energia elétrica no período de racionamento de energia.

Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$549 (R\$315.509 em 31 de dezembro de 2012). Em função de acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais envolvendo as ações judiciais de ICMS, as ações onde a Companhia era parte devedora ou credora estão em processo de extinção.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$17.025 (R\$14.856 em 2012).

Adicionalmente, a Controladora é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.273.863 (R\$1.147.965 em 2012), para os quais a Controladora classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente,

contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$142.496 (R\$132.648 em 2012). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$177.562 (R\$158.368 em 2012).

Outros Passivos Contingentes

Quebra de Contrato – Programa Luz Para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$155.150 e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de da análise realizada pela Companhia da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Ação em que a Companhia é credora e com provável entrada de benefícios econômicos

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente ao período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada a transferência do crédito para suas subsidiárias Cemig GT e Cemig D, no percentual de 48,07% e 51,93% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União. Foi reconhecido um ganho de R\$162.593 no resultado da Cemig D, contabilizado em dezembro de 2013.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2013, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado, em 2013 e 2012, por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, antes da retenção dos valores para constituição da Reserva Legal.

Os dividendos declarados, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

O Conselho de Administração deliberou pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio em 2013 no montante de R\$123.157. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$41.873, reconhecidos no resultado do exercício de 2013 (R\$47.979 em 2012).

	2013
Dividendos Obrigatórios	
Lucro Líquido do Exercício	490.254
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	245.127
Dividendos Propostos	
Juros sobre capital próprio	123.157
Dividendos Estatutários	140.443
	<u>263.600</u>
(-) Imposto de Renda na Fonte sobre Juros Sobre o Capital Próprio	(18.473)
Total	245.127
Dividendos por ação - R\$	
Dividendos Obrigatórios	0,11
Dividendos Propostos Líquido do IRRF Sobre Juros Sobre o Capital Próprio	0,11

O Conselho de Administração da Companhia irá submeter à Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada até 30 de abril de 2014, a distribuição dos dividendos adicionais Estatutários a serem pagos em duas parcelas, sendo 50% até 30 de junho de 2014 e 50% até 31 de dezembro de 2014, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

Reservas de Lucros

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2013	2012	01/01/2012
Reservas de Lucros			
Reserva Legal	184.981	160.468	150.899
Reserva de Retenção de Lucros	242.824	40.683	243.566
	427.805	201.151	394.465

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$24.513 de Reserva Legal em 2013, correspondente a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base no número médio de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	2013	2012
Quantidade de Ações	2.261.998	2.261.998
Resultado do Exercício	490.254	191.365
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	0,2167	0,0846

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

22. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	2013	2012
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	9.816.142	10.791.691
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	1.046.510	1.871.596
Transações com Energia na CCEE	180.423	115.563
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (c)	883.801	1.228.483
Outras Receitas Operacionais (d)	814.389	281.353
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (e)	(3.535.333)	(4.784.894)
	9.205.932	9.503.792

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	2013	2012	2013	2012
Residencial	9.473.426	8.870.990	4.517.617	4.890.383
Industrial	4.044.861	4.174.465	1.310.218	1.556.308
Comércio, Serviços e Outros	5.693.262	5.438.451	2.282.075	2.478.578
Rural	3.028.459	2.857.117	740.809	781.601
Poder Público	860.709	830.705	328.240	364.096
Iluminação Pública	1.267.202	1.241.927	310.770	341.901
Serviço Público	1.241.898	1.185.781	319.662	355.176
Subtotal	25.609.817	24.599.436	9.809.391	10.768.043
Consumo Próprio	35.162	34.126	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	6.751	23.648
Total	25.644.979	24.633.562	9.816.142	10.791.691

(*) Valores em MWh informados não auditados pelos auditores independentes.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão.

Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

Em decorrência da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, houve uma redução média na tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD) de 33,22%.

c) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 14 e 23 das Demonstrações Contábeis.

d) Outras Receitas Operacionais

	2013	2012
Serviço Taxado	9.793	17.010
Outras Prestações de Serviços	12.499	11.591
Subvenções (*)	672.562	176.078
Aluguel e Arrendamento	61.007	75.583
Outras	58.528	1.091
	814.389	281.353

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda e subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRAS. Do montante reconhecido na receita, a Companhia tem a receber R\$136.026 referente a subvenção desconto TUSD e R\$26.886 referente a subvenção baixa renda, ambos reconhecidos no Ativo Circulante.

e) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2013	2012
Impostos sobre a Receita		
ICMS	2.269.483	2.568.753
PIS-PASEP	184.080	209.206
COFINS	847.883	963.624
ISSQN	340	306
	3.301.786	3.741.889
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão (RGR)	-	87.832
Programa de Eficiência Energética (PEE)	39.817	28.505
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	121.506	450.836
Quota para Conta de Consumo de Combustível (CCC)	25.645	408.707
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	19.213	16.781
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	11.560	16.781
Pesquisa Expansão Sistema Energético (EPE)	7.576	8.391
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	8.230	25.172
	233.547	1.043.005
	3.535.333	4.784.894

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2013	2012 Reclassificado
Pessoal (a)	893.619	831.064
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	146.437	164.186
Obrigações Pós-Emprego (nota 19)	118.840	93.888
Materiais	52.581	52.396
Serviços de Terceiros (b)	720.655	695.245
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	4.089.448	4.179.651
Amortização	416.096	392.634
Provisões Operacionais (d)	274.942	268.068
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	410.290	794.333
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	883.801	1.228.483
Outras Despesas Líquidas (f)	327.813	307.167
	8.334.522	9.007.115

a) Despesas com Pessoal	2013	2012
Remunerações e Encargos	722.415	733.161
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	52.476	49.011
Benefícios Assistenciais	106.873	103.888
	881.764	886.060
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(40.554)	(79.708)
Programas de Desligamento de Empregados – PDV/PID	52.409	24.712
	893.619	831.064

Programas de Desligamento de Empregados

Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)

Para o período de 17 de janeiro de 2013 a 27 de março de 2013 a Companhia criou o PID, de adesão exclusiva aos empregados que já reuniam condições plenas de aposentadoria no INSS e na Forluz e ainda o mínimo de vinte anos de admissão na Companhia. O PID previa o pagamento de indenização correspondente a quatro remunerações brutas, pagamento de 6 meses de contribuições para o plano de saúde e demais verbas indenizatórias previstas em Lei, cuja adesão foi de 843 empregados.

b) Serviços de Terceiros	2013	2012
Agentes Arrecadadores, Leitura de Medidores e Entrega de Contas	183.100	173.403
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	159.196	147.859
Comunicação	74.176	92.094
Conservação e Limpeza de Prédios	64.229	49.924
Gastos com Implantação do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE)	24.859	-
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	29.869	33.748
Corte e Religação	17.323	33.135
Podas de Árvores	23.744	25.849
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	21.145	13.780
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	15.102	22.400
Mão de Obra Contratada	10.760	15.911
Hospedagem e Alimentação	10.172	13.086
Vigilância	8.782	8.099
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	6.507	5.585
Manutenção e Conservação de Veículos	6.080	1.283
Reprografia e Publicações Legais	6.091	8.090
Inspeção de Unidades Consumidoras	5.232	5.830
Frete e Passagens	3.181	4.639
Consultoria	4.756	2.459
Outros	46.351	38.071
	720.655	695.245

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	2013	2012
Energia de Itaipu Binacional	1.015.530	885.477
Contratos por Cotas de Garantia Física	226.141	-
Cotas das Usinas de Angra I e II	160.413	-
Energia de Curto Prazo	236.069	681.452
Contratos Bilaterais	288.309	287.800
Energia adquirida em Leilão	2.297.461	2.440.528
PROINFA	255.535	227.926
Créditos de PASEP/COFINS	(390.010)	(343.532)
	4.089.448	4.179.651

d) Provisões (Reversões) Operacionais	2013	2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	117.931	225.063
Provisão para Contingências		
Trabalhistas	139.255	10.653
Cíveis	(8.415)	29.670
Tributárias	4.431	(731)
Ambientais	(232)	(2)
Regulatórias	19.754	558
Outras	2.218	2.857
	157.011	43.005
	274.942	268.068

A redução da despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2013 em relação ao período anterior decorre de uma provisão, em 2012, de R\$159.015, referente aos valores a receber de consumidores industriais em função de não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD.

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	2013	2012
Pessoal	50.910	82.461
Materiais	342.129	594.833
Serviços de Terceiros	417.101	500.148
Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários	36.980	12.812
Aquisição de Imóveis e Instalações	119	3.057
Arrendamentos e Aluguéis	258	854
Impostos e Taxas	692	322
Outros	35.612	33.996
	883.801	1.228.483

f) Outras Despesas Líquidas	2013	2012
Arrendamentos e Aluguéis	65.114	72.477
Propaganda e Publicidade	37.922	5.884
Consumo Próprio de Energia Elétrica	12.901	14.017
Subvenções e Doações	13.739	18.771
Taxa de Fiscalização da ANEEL	20.098	21.596
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	80.364	29.356
Contribuição à CCEE	3.638	2.613
Seguros	1.539	1.641
Forluz – Custeio Administrativo	16.159	16.369
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	80.485	117.677
Outras (Recuperação de Despesas)	(4.146)	6.766
	327.813	307.167

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2013	2012
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	73.293	41.971
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	154.217	150.570
Variações Cambiais	16.521	14.540
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 26)	1.006	21.499
Variações Monetárias (1)	108.643	3.360
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras (1)	65.838	-
Multas Contratuais	18.725	46.550
Atualização do Ativo Financeiro	4.875	-
Outras	9.981	10.593
	453.099	289.083
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(351.922)	(337.105)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(67.935)	(67.675)
Variações Cambiais	(44.640)	(30.903)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(117.544)	(55.380)
Variação Monetária de P&D e PEE	(11.729)	(16.412)
Outras Variações Monetárias	(3.854)	(8.868)
Outras	(49.253)	(57.612)
	(646.877)	(573.955)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(193.778)	(284.872)

A Cemig discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente o período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada a transferência do crédito para suas subsidiárias, sendo que, para a Cemig D, foi em um percentual de 51,93% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União. O ganho total para a Cemig D foi de R\$162.593, sendo reconhecido no resultado financeiro o valor de R\$65.838 como reversão de PASEP e COFINS e R\$96.419 como receita de variação monetária.

A Companhia reconheceu uma receita financeira no montante de R\$241.386, decorrente da atualização monetária do ativo financeiro referente a Base de Remuneração de ativos. Mais informações vide Nota Explicativa nº 13 das Demonstrações Contábeis.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	961	12.452	-	-	8.940	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	245.127	119.947	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	9.901	5.115	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	13.002	16.629	-	-	10.599	17.922
Operações com Energia Elétrica (2)	3.157	3.130	15.815	28.386	36.192	46.001	(140.596)	(281.018)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	23.600	18.081	-	-	-	-	-	-
Cemig Capim Branco								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	305	-	7.996	7.406	5.292	4.975	(96.586)	(90.627)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	306	-	-	-	3.105	2.989	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (3)	7.103	2.444	-	-	3.934	4.630	-	-
Prestação de serviço (4)	-	-	6.646	2.996	-	-	(14.185)	-
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.818	2.577	-	-	(15.640)	(23.906)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	368	1.167	-	-	(2.940)	(10.245)
Empresa Paraense de Transmissão de Energia								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	68	224	-	-	(598)	(2.064)
Baguari Energia								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	331	717	-	159	(5.591)	(5.299)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (5)	20.695	8.197	-	-	87.694	96.286	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	41.613	37.114	-	-	(67.935)	(67.675)
Despesa com pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(52.476)	(49.011)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(16.159)	(16.369)
Arrendamento Operacional (10)	-	-	758	714	-	-	(9.009)	(9.994)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	543.594	553.259	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	48.359	-	-	-	(66.030)	(52.682)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	709.725	445.446	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Compartilhamento de infraestrutura excedente da distribuição e subtransmissão, compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig Distribuição e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecomunicações. Não há índice de reajuste;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos, corrigido pelo IGP-M;
- (5) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 19 destas Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (7) Contribuições da companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 19 destas Demonstrações Contábeis) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (9) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados;
- (10) Aluguel do edifício sede.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 7, 17 e 21 das Demonstrações Contábeis.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da Administração são integralmente custeados pela controladora.

	2013	2012
Remuneração	8.692	7.762
Participação nos Resultados	2.450	2.301
Benefícios Pós Emprego	930	888
Benefícios Assistenciais	129	1.243
Total	12.201	12.194

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures; “swaps” de moedas e taxas de juros e Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, os Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios e Fundos Vinculados. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Contábeis.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, concessões a pagar, obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,85%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 6,00%, CDI + 0,65% a 0,90%, IGP-M + 4,70% a 6,00%, taxa fixa 8,5% a 11,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	2013		2012 Reapresentado		01/01/2012 Reapresentado	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:						
Empréstimos e Recebíveis						
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	629.680	629.680	128.390	128.390	483.885	483.885
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	1.626.984	1.626.984	1.887.991	1.887.991	1.923.093	1.923.093
Depósitos Vinculados a Litígios	853.961	853.961	852.313	852.313	832.466	832.466
Fundos Vinculados	1.772	1.772	132.256	132.256	3.279	3.279
	3.112.397	3.112.397	3.000.950	3.000.950	3.242.723	3.242.723
Disponíveis para venda						
Ativos Financeiros da Concessão	5.063.802	5.063.802	4.757.735	4.757.735	3.118.126	3.118.126
Mantidos até o vencimento						
Títulos e valores mobiliários	30.932	30.867	60.369	60.548	-	-
Valor justo por meio do resultado:						
Mantidos para negociação						
Títulos e Valores Mobiliários	56.718	56.718	40.492	40.492	5.000	5.000
Instrumentos Derivativos – Contratos de Swap	-	-	20.445	20.445	-	-
Passivos Financeiros:						
Avaliados ao Custo Amortizado						
Fornecedores	853.825	853.825	1.116.600	1.116.600	753.131	753.131
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.247.919	5.298.044	4.609.630	4.809.235	3.511.222	3.598.107
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	585.207	585.207	590.373	590.373	613.102	613.102
	6.686.951	6.737.076	6.316.603	6.516.208	4.877.455	4.964.340
Valor justo por meio de resultado:						
Instrumento Derivativo - Contrato de Swap	-	-	-	-	25.764	25.764

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos e em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Distribuição contratou operações de *hedge*, descritas em mais detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2013		2012	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	13.807	32.345	25.659	52.435
Fornecedores (Itaipu Binacional)	76.982	179.924	87.137	180.180
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	-	-	(8.168)	(23.823)
	90.789	212.269	104.628	208.792
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	1.974	6.384	2.638	7.111
Passivo Líquido Exposto		218.653		215.903

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2014 será uma valorização de 0,30% para o dólar (R\$2,350) e uma desvalorização de 8,94% para o Euro (R\$2,938). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	31/12/2013	31/12/2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	32.345	32.442	40.553	48.663
Fornecedores (Itaipu Binacional)	179.924	180.462	225.578	270.693
	212.269	212.904	266.131	319.356
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	6.384	5.836	7.295	8.754
Passivo Líquido Exposto	218.653	218.740	273.426	328.110
Efeito Líquido da Variação Cambial perda		87	54.773	109.457

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	2013	2012 Rrepresentado
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 5)	685.969	128.390
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	87.650	100.861
Fundos Vinculados	1.772	132.256
	<u>775.391</u>	<u>361.507</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 17)	(1.983.570)	(2.428.303)
Passivo Líquido Exposto	(1.208.179)	(2.066.796)

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2014, a taxa SELIC será de 10,80%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/12/2013	31 de dezembro de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 10,8%	Cenário Possível SELIC 13,5%	Cenário Remoto SELIC 16,2%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 5)	685.969	760.054	778.575	797.096
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	87.650	97.116	99.483	101.849
Fundos Vinculados	1.772	1.963	2.011	2.059
	<u>775.391</u>	<u>859.133</u>	<u>880.069</u>	<u>901.004</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 17)	(1.983.570)	(2.197.796)	(2.151.352)	(2.304.908)
	<u>(1.983.570)</u>	<u>(2.197.796)</u>	<u>(2.151.352)</u>	<u>(2.304.908)</u>
Passivo Líquido Exposto	(1.208.179)	(1.338.663)	(1.371.283)	(1.403.904)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(130.484)	(163.104)	(195.725)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	2013	2012
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 13)	5.063.802	4.757.735
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 17)	(2.460.652)	(530.287)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 17)	(424.172)	(401.360)
	(2.884.824)	(931.647)
Ativo Líquido Exposto	2.178.978	3.826.088

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2014, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,98% e 6,41%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2013	31 de dezembro de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,98% IGP-M 6,41%	Cenário Possível IPCA 7,48% IGP-M 8,01%	Cenário Remoto IPCA 8,97% IGP-M 9,62%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 13)	5.063.802	5.388.392	5.469.413	5.550.940
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 17)	(2.460.652)	(2.607.799)	(2.644.709)	(2.681.372)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 17)	(424.172)	(451.361)	(458.148)	(464.977)
	(2.884.824)	(3.059.160)	(3.102.857)	(3.146.349)
Ativo Líquido Exposto	2.178.978	2.329.232	2.366.556	2.404.591
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		150.254	187.578	225.613

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até as datas de vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.381	568.670	695.872	3.267.354	3.501.996	8.042.273
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	6.275	19.064	51.988	354.483	619.525	1.051.335
	14.656	587.734	747.860	3.621.837	4.121.521	9.093.608

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também, são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

A provisão para devedores duvidosos constituída, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$487.124.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, vigora desde 2004 uma Política de Aplicação Financeira onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos, exclusivamente, em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de duas agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) **
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram um ganho em 2013 no montante de R\$1.006 (ganho de R\$21.499 em 2012), registrados no resultado financeiro. As operações com derivativos foram liquidadas no decurso de 2013, portanto a Companhia não possui, em 31 de dezembro de 2013 nenhuma operação desta natureza em aberto. Os contratos eram de *swap* cambial e de taxa de juros cuja contraparte da operação era o banco Santander - ABN.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, também, a implementação de diretrizes relativas ao ambiente de Riscos Financeiros ao implementar planos de ação.

Metodologia de Cálculo do Valor Justo das Posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro a seguir apresenta o instrumento derivativo contratado pela Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor Principal Contratado	Ganho (Perda) Realizado		Valor Recebido	Valor Pago
					31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2013
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$8.168	(227)	(23.823)	-	(24.050)
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	1.233	44.268	45.501	-
					1.006	20.445		

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos derivativos.

c) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Total do Passivo	10.005.078	9.585.861	7.859.816
Caixa e Equivalentes de Caixa	(685.969)	(190.233)	(527.296)
Fundos Vinculados	(1.772)	(132.256)	(3.279)
Passivo Líquido	9.317.337	9.263.372	7.329.241
Total do Patrimônio Líquido	2.492.858	2.193.779	2.617.968
Capital Ajustado	2.694.692	2.193.779	2.617.968
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	3,74	4,22	2,80

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31/12/2013	Valor justo em 31 de dezembro de 2013		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	10.436	-	10.436	-
Letras Financeiras – Bancos	31.561	-	31.561	-
Letras Financeiras do Tesouro	3.358	-	3.358	-
Debêntures	9.503	-	9.503	-
Outros	1.860	-	1.860	-
	56.718	-	56.718	-
Fundos Vinculados	1.772	-	1.772	-
Ativos Financeiros da Concessão	5.063.802	-	-	5.063.802
	5.122.292	-	58.490	5.063.802

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 13 das Demonstrações Contábeis.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

28. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	29/04/2013 a 29/04/2014	US\$4.584	US\$74
	Responsabilidade Civil	29/04/2013 a 29/04/2014	US\$14.000	
Almoxarifados, Instalações prediais e equipamentos de telecomunicações	Incêndio (1)	08/11/2012 a 08/01/2014	R\$635.375	R\$176
Risco operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor superior a R\$1.500 (2)	Total (2)	07/12/2013 a 07/12/2014	R\$563.259	R\$733

(1) A nova vigência é de 08 de janeiro de 2014 a 08 de janeiro de 2015, exceto para tanques de óleo com estoque da UTE Igarapé, que foi incluído na apólice de risco operacional, cuja vigência é até 07 de dezembro de 2014, e almoxarifado, em processo de contratação;

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$190.781 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A Companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	1.125.824	536.331	944.499	293.493	446.719	1.901.053	5.247.919
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	818.619	841.168	797.827	838.657	821.903	27.889.030	32.007.204
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	22.081	29.038	30.614	32.220	33.865	1.713.990	1.861.808
Compra de Energia - Leilão	2.555.368	2.440.054	2.367.967	2.529.408	2.715.267	63.093.634	75.701.698
Compra de Energia Elétrica – Contratos bilaterais	308.984	312.144	272.018	278.284	291.033	1.740.076	3.202.539
Cotas das Usinas Angra 1 e Angra 2	140.027	147.941	168.691	179.190	188.312	8.873.122	9.697.283
Cotas de Garantias Físicas	289.423	230.096	255.447	274.175	277.768	13.107.610	14.434.519
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	41.613	44.109	46.756	49.561	52.535	350.633	585.207
Arrendamentos Operacionais	54.055	37.806	9.009	9.009	9.009	36.036	154.924
	5.355.994	4.618.687	4.892.828	4.483.997	4.836.411	118.705.184	142.893.101

30. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA DA COMPANHIA

Resultado da 3ª Revisão Tarifária

Em 08 de abril de 2013, a ANEEL divulgou o resultado da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição. O resultado homologado pela ANEEL representou um reajuste tarifário de 3,06%, constituído de dois componentes: (i) Reposicionamento Tarifário Econômico de 0,47%, decorrente do aumento de 22,3% dos custos não gerenciáveis (Parcela A) e da redução de 26,5% dos custos gerenciáveis (Parcela B); e, (ii) Financeiros de 2,59%. Esse reajuste vigorará até abril de 2014.

Com a retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário de 2012, de 2,34%, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 2,99%. Este reajuste incidiu nas tarifas já reduzidas em 18,14%, decorrentes da Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) anunciada em 24 de janeiro de 2013.

Conforme memória de cálculo recebida pela Cemig após homologação do resultado da Revisão Tarifária na reunião da Diretoria da ANEEL, a Base de Remuneração Regulatória Líquida foi de R\$5.511.768 e a Base de Remuneração Regulatória Bruta de R\$15.355.843. A Companhia ainda aguarda o julgamento de recursos interpostos junto à ANEEL, no qual manifesta sua discordância quanto a determinados critérios e valores adotados pela ANEEL na definição da BRR preliminar informada e que ainda não foi apreciado pela ANEEL. A Administração mantém sua expectativa de que, quando da apreciação desses recursos pela ANEEL, sejam revistos critérios e valores definidos pela ANEEL para a BRR, o que resultará num montante superior ao recentemente apresentado.

Mais detalhes acerca da Base de Remuneração Regulatória (BRR) na Nota Explicativa nº 13 das Demonstrações Contábeis.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento a Debenturistas

Em 14 de fevereiro de 2014, a Diretoria da CEMIG D aprovou o pagamento de juros aos titulares das debêntures em circulação da 3ª Emissão, em 1ª, 2ª e 3ª Séries, no valor total de R\$128.798. O pagamento foi realizado no dia 17 de fevereiro de 2014.

Publicação do Decreto nº 8.203/14 – Repasse de recursos da CDE

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, que altera o Decreto 7.891/13, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, estendendo a cobertura do repasse dos recursos da CDE para a competência de janeiro de 2014. O montante do recurso da CDE a ser repassado para a CEMIG D, conforme Despacho ANEEL nº 515/14, referente à compra de energia ocorrida durante o mês de janeiro de 2014, é de R\$91.338.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Moraes
Diretor-Presidente

Arlindo Porto Neto
Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Frederico Pacheco de Medeiros
Diretor de Gestão Empresarial

José Carlos de Mattos
Diretor de Gás

José Raimundo Dias Fonseca
Diretor Comercial

Luiz Henrique de Castro Carvalho
Diretor de Geração e Transmissão

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Desenvolvimento e
Negócios

Ricardo José Charbel
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Luiz Henrique Michalick
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Maria Celeste Moraes Guimarães
Diretora Jurídica

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Mário Lúcio Braga
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-47.822

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conforme descrito na nota explicativa nº. 2.5 às demonstrações financeiras, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes, relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido; dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)

Sem ressaltar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa 12 às demonstrações financeiras, referente ao registro feito pela Companhia, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das informações contábeis do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012

O exame do balanço patrimonial individual levantado em 1º de janeiro de 2012, ora reapresentado em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.5, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 14 de agosto de 2013, sem ressalvas.

Belo Horizonte, 13 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2013 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos na Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se até 30-04-2014.

Belo Horizonte, 13 de março de 2014.

- aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Lauro Sander
Bruno Gonçalves Siqueira

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELOS DIRETORES



DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 535ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - CemigD, realizada em 06-03-2014, aprovamos a conclusão, em 06-03-2014, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2013; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2013 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 06 de março de 2014.

- aa.) Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente
- Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente
- Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios
- Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial
- José Carlos de Mattos - Diretor de Gás
- Ricardo José Charbel - Diretor de Distribuição e Comercialização
- José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial
- Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
- Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor
- Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
- Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 535ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - CemigD, realizada em 06-03-2014, aprovamos a conclusão, em 06-03-2014, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2013; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2013 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 06 de março de 2014.

- aa.) Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente
- Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente
- Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios
- Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial
- José Carlos de Mattos - Diretor de Gás
- Ricardo José Charbel - Diretor de Distribuição e Comercialização
- José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial
- Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
- Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor
- Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
- Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica